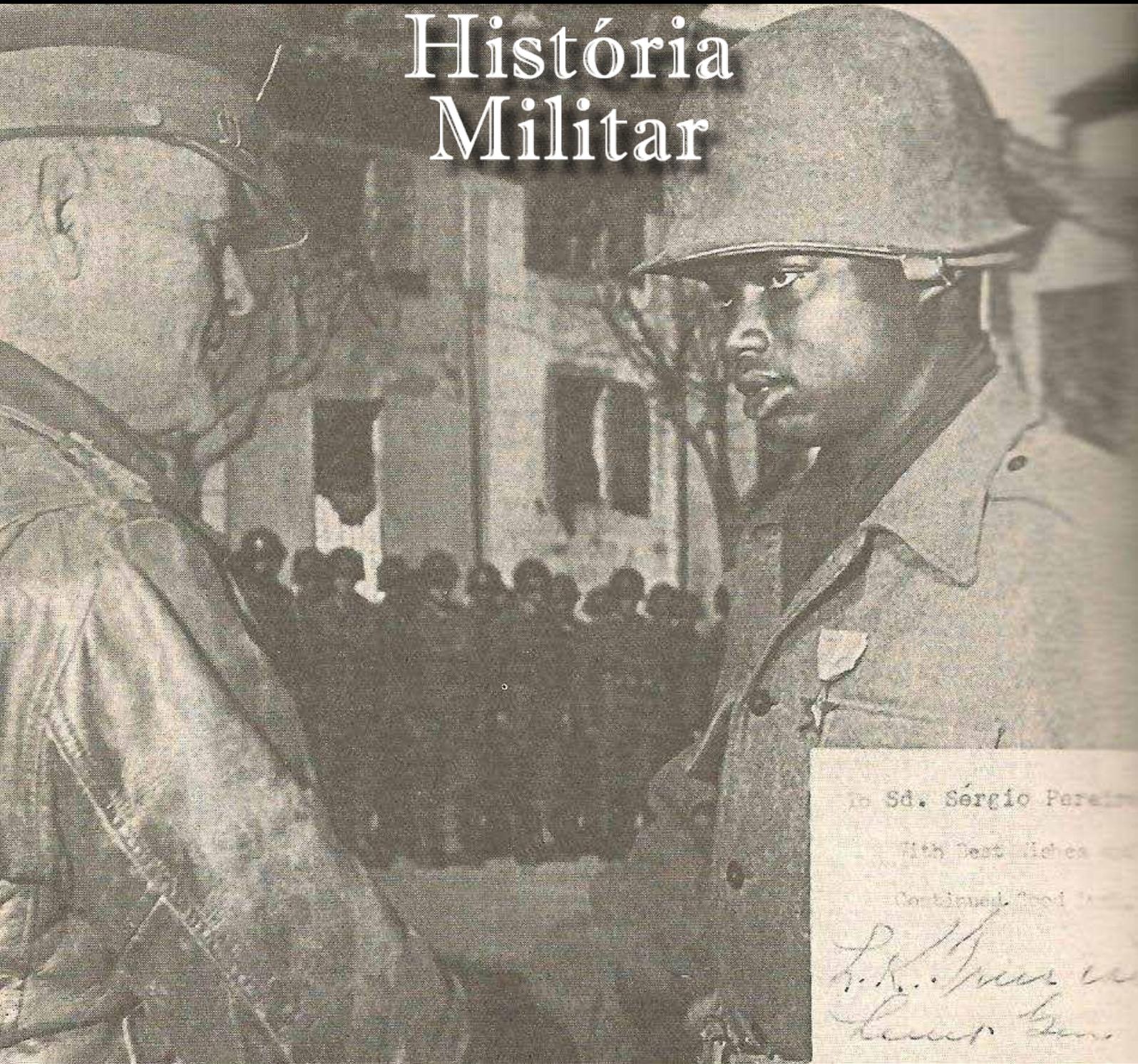




Revista Brasileira de

História Militar



Ano II - N° 05

Agosto 2011



Editorial

A presença de dois artigos relacionados a II Guerra Mundial, escritos pelos professores Cesar Campiani Maximiano e Dennison de Oliveira, motivou a imagem da capa desta edição. Nela vemos o brasileiro Sérgio Pereira, recebendo a condecoração norte-americana Bronze Star, por ter ido sozinho, sem ordem, buscar seu comandante de Companhia, o então Capitão João Tarcísio Bueno, dado como desaparecido pelas duas patrulhas que foram procurá-lo, após ter sido ferido gravemente durante o ataque frustrado a Monte Castelo em dezembro de 1944. Interessante ressaltar que esse episódio – o ferimento do Capitão durante o ataque e seu posterior resgate, após passar horas desacordado na terra de ninguém - renderia ao Capitão, que devido a gravidade dos ferimentos não voltaria a combater, o título de “Herói de Abetaia”; o recebimento da Silver Star; além de certamente ter contribuído para que o mesmo alcançasse o generalato. Quanto ao soldado Sérgio Pereira, a quem prestamos esta singela homenagem, além da Bronze Star; restaram suas próprias lembranças; a dispensa junto com os outros veteranos da FEB; e o quase esquecimento da História.*

Além dos autores já citados, nesta edição contamos com a presença da Professora Amanda Pinheiro Macuso da Universidade Federal de São Carlos e da pesquisadora Rachel Motta Cardoso. Agradecemos a todos pela contribuição.

Aproveitamos ainda para anunciar a criação do Centro de Estudos e Pesquisa de História Militar CEPHiMEx e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História Militar NEPHIM, sobre os quais disponibilizamos mais informações logo abaixo dos artigos que compõem esta edição.

Cesar Machado Domingues

Editor Responsável

* Esse episódio foi relatado na apresentação do Professor Francisco Alves de Almeida, sobre a figura do herói, realizada na V Jornada de História Militar da UNIRIO / IGHMB, tendo como tema: Memória e representações na História Militar: “A importância do imaginário na formação do militar”.



Imagem nesta página:

O Soldado Sérgio Pereira, da Força Expedicionária Brasileira, sendo agraciado pelo General Lucian Truscott, comandante do V Exército dos EUA com a Bronze Star. Os relatos sobre o episódio relatado no editorial encontram-se em: BRAYNER, Floriano de Lima. “Recordando os Bravos: eu convivi com eles. Campanha da Itália”. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977 (p 10-15) e BUENO, Alexei. “João Tarcísio Bueno. O herói de Abetaia”. Rio de Janeiro; G. Ermakoff, 2010, (p.75-104)





Revista Brasileira de
**História
Militar**

historiamilitar.com.br
ISSN 2176-6452

Conselho Editorial

Prof. Dr. Paulo André Leira Parente	Gen. Dr. Aureliano Pinto de Moura
Prof. Dr. Marcos Guimarães Sanches	Cel. Dr. Luiz C. Carneiro de Paula
Prof. Dra. Maria Teresa Toribio B. Lemos	CMG Prof. Ms. Francisco E. Alves de Almeida
Prof. Dra. Adriana Barreto de Souza	Prof. Dr. Ricardo Pereira Cabral
Prof. Dra. Cláudia Beltrão da Rosa	Prof. Ms. Manuel Rolph de Viveiros Cabeceiras
Prof. Dr. Cesar Campiani Maximiano	Cel. Prof. Ms. Cláudio Passos Calaza

Editor Responsável

Cesar Machado Domingues

Editores Associados

Carlos Eduardo M. Gama
Ronaldo Lucas da Silva

Administração e Redação

Rio de Janeiro – RJ. CEP 22.000-000
(21) 2537 6053 / 8896 7122
E-mail: editor@historiamilitar.com.br

Revisão e Diagramação

Daniel Albino da Silva



Índice

A História Militar: notas sobre o desenvolvimento do campo e a contribuição da História Cultural.....	7
<i>Amanda Pinheiro Mancuso</i>	
A Guerra dos Historiadores: S. L. A. Marshall e as avaliações da infantaria na Segunda Guerra Mundial.....	29
<i>Cesar Campiani Maximiano</i>	
Uma clássica (e incompreendida) manobra de desbordamento: a FEB e o vale do Rio Sercchio (1944).....	45
<i>Dennison de Oliveira</i>	
Aspectos da higiene militar e suas “estratégias de sobrevivência.....	53
<i>Rachel Motta Cardoso</i>	
Nota sobre o Núcleo de Estudos e Pesquisas em História Militar NEPHIM.....	64
Nota sobre a criação do Centro de Estudos e Pesquisa de História Militar - CEPHiMEx.....	65
Livro em Destaque.....	66

A HISTÓRIA MILITAR: NOTAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO CAMPO E A CONTRIBUIÇÃO DA HISTÓRIA CULTURAL¹

Amanda Pinheiro Mancuso²

INTRODUÇÃO

Por muito tempo, a temática militar foi tratada como um adendo dos estudos de história política produzidos no país. Nesse quadro, os trabalhos deslocavam-se, sobretudo, por um eixo central que se estendia da participação dos militares na vida política do país às relações entre civis e militares. Poucos eram os trabalhos que se preocupavam com a análise da dinâmica interna da instituição militar e, principalmente, sobre a maneira como esse *ethos* específico define a forma de pensar e agir de seus membros, conferindo-lhes características particulares que irão influenciar o modo como os militares se relacionam com o chamado “mundo de fora”.

Porém, diversas questões colocam os militares como um tema relevante e que merece a atenção do meio acadêmico. As Forças Armadas são um grupo social que concentra em suas mãos o poder por excelência – o poder das armas – e cuja função específica é, como define Huntington (1996), a administração da violência. Além disso, os militares foram protagonistas da vida pública no Brasil desde o século XIX e tomaram parte de maneira decisiva dos mais importantes eventos de nossa história política. Num país que procura consolidar um Estado democrático, a compreensão da temática militar é importante para a sua própria consolidação. Na conjuntura atual da Nova República, um dos problemas que se apresenta aos estudos militares é o da subordinação militar ao controle político civil, num ajuste de contas com a política brasileira.

Nesse sentido, o estudo da história militar, foco deste trabalho, contribui para o aperfeiçoamento do controle democrático, uma vez que a compreensão militar dos problemas nacionais está diretamente relacionada a sua forma de pensar a própria história e, através dela, sua inserção na sociedade. Nesse contexto, a conjuntura democrática apresenta aos militares novos problemas como a reconfiguração de sua imagem e de seu papel social após vinte anos de regime de exceção, redimensionando a função

¹ Este trabalho é parte da tese de doutoramento intitulada *Entre terra e mar: história e política na narrativa oficial das forças armadas brasileiras – os casos do Exército e da Marinha*, defendida em setembro de 2007 sob orientação do Prof. Dr. João Roberto Martins Filho e contou com o apoio financeiro da Capes. Publicado originalmente na Revista História em Reflexão vol. 02 n° 04 - Jul/Dez 2008.

² Doutora pelo PPGCSO da UFSCar, Pesquisadora do Arquivo de História Militar Ana Lagôa.

e o significado da própria história militar.

No âmbito acadêmico, a história militar foi marcada por todas as mudanças de paradigma que envolveu o desenvolvimento da disciplina, o que lhe conferiu momentos de extrema produção e outros de diminuta importância em face dos novos objetos e olhares que se apresentavam aos historiadores ao longo do século XX. Aliado a isso, essa relação foi também fortemente influenciada pelo papel e função específica que o meio militar confere à construção histórica.

HISTÓRIA MILITAR: UMA ANÁLISE DO CAMPO

Embora seu principal objeto, a guerra, seja descrito como um dos fenômenos sociais mais antigos da humanidade e *porque as guerras, as instituições que as fazem possíveis e as idéias que guiam sua conduta formam uma parte importante da experiência humana, elas deveriam ser o principal sujeito do estudo histórico* (PARET, 1993:210), a posição da história militar como campo de especialização acadêmica se alterou constantemente ao longo dos anos. Como destacou Peter Paret, o desenvolvimento da disciplina partiu de uma análise que se caracterizava pela preocupação com as campanhas militares, as batalhas, suas estratégias e táticas, enquanto considerações sobre a forma como a guerra influenciava as estruturas institucionais, sociais e econômicas do período eram negligenciadas. Primordialmente, a história militar exercia uma função didática aos oficiais do exército, que deveriam aprender com as experiências do passado.

Diante disso, a consolidação da história como disciplina acadêmica acarretou a substituição do estudo das batalhas e da guerra pela história constitucional e diplomática, ao mesmo tempo em que os aspectos sociais e econômicos se tornavam cada vez mais importantes (PARET, 1993:212). Esse período de menor atenção dada aos eventos militares, por sua vez, coincide com o desenvolvimento das perspectivas da Escola dos Annales na França, da história social anglo-saxã e da historiografia marxista, que consideravam que ao invés de narrar acontecimentos os historiadores deveriam dedicar-se à análise das estruturas sociais. Essas perspectivas ganharam fôlego no período pós-Segunda Guerra, quando se desenvolveram com força a história econômica e social enquanto a história política passava para segundo plano por ser considerada tradicional, sendo seguida pela história militar que sofreu as consequências dos horrores provocados pela guerra.

Nesse quadro, a história militar era considerada uma disciplina sem interesse acadêmico e a análise das batalhas sua parte mais decadente (LÓPEZ, 2000). Praticamente abandonada pela

academia, esta área acabou restrita aos meios militares, num processo que limitou muito seu estudo independente. Essa assimetria entre a história acadêmica e os programas de história militar das forças armadas foi uma das razões do retraimento do estudo histórico da guerra para uma área marginal de especialização.

Esse afastamento da academia permitiu que as organizações de historiadores ligados às sessões históricas das Forças Armadas em diversos países estendessem seu poder sobre o campo através do controle dos arquivos e do conhecimento técnico (“technical expertise”), cuja importância crescia com a industrialização da guerra (PARET, 1993:215). Esse processo aumentou ainda mais a distância com o meio acadêmico, pois geralmente esses departamentos oficiais de publicação tinham uma característica apologética ou de orientação política que comprometia a visão que o profissional da historiografia adotava para o estudo militar e, em razão disso, os historiadores acadêmicos por muito tempo hesitaram em se envolver com história militar (TALLET, 1992:1).

Nesse quadro, os historiadores militares que se arriscavam a enfrentar as dificuldades que lhes eram impostas eram vistos com suspeita tanto pelos seus colegas de profissão quanto pelos militares. Segundo Gordon Craig (1986:352), a suspeita militar seria resultado do desprezo natural do profissional pelo amador, enquanto a suspeita de seus pares apresenta raízes mais profundas: a crença, em especial nos países democráticos, de que a guerra é uma alienação no processo histórico e que, conseqüentemente, seu estudo não é nem frutífero, nem decente.

Ainda assim, paulatinamente, o estudo da guerra e da história militar vem passando por um processo de renovação e revalorização, sendo possível mesmo afirmar que agora a história militar começou efetivamente a escapar da influência de seus praticantes do século XIX e início do século XX, que tendiam a ser militares escrevendo para outros militares (TALLET, 1992:1). Se até então o estudo da guerra era didático e normativo, isto é, se as guerras do passado eram estudadas a fim de deduzir seus princípios imutáveis ou as linhas de desenvolvimento guias para a condução eficiente da guerra no futuro (HOWARD, 2001: IX), passava-se a acreditar realmente que o historiador dedicado ao estudo da guerra deveria estudá-la não apenas no panorama da história política, mas também da história econômica, social e cultural sem, contudo, negligenciar o fim último para o qual as forças armadas foram criadas: o combate.

Essa corrente de renovação histórica, que ficou conhecida como Nova História Cultural, beneficiou o estudo da história militar e seus historiadores têm obtido sucesso na elucidação de

tópicos que eram negligenciados por seus antecessores. Nesse contexto, a batalha deixa de ser vista isoladamente e passa a ser analisada como parte da história, uma vez que, enfocando a dependência contínua do homem à força como um instrumento da política, entendeu-se que todos os seus aspectos são pertinentes para a história militar (PARET, 1993:220).

Mais que isso, segundo Burke (2005:139), é fácil ver porque o tópico da violência atrai hoje os historiadores culturais:

A sugestão de que a violência tem uma história cultural pode parecer surpreendente, já que ela muitas vezes é vista como a erupção de um vulcão, a expressão de impulsos humanos que nada têm a ver com a cultura. O argumento de que é uma espécie de teatro pode até parecer escandaloso, já que se derrama sangue de verdade. No entanto, a analogia do teatro não pretende negar o derramamento de sangue. (...) A proposta da abordagem cultural é revelar o significado da violência aparentemente “sem significado” e as regras que governam o seu emprego.

O processo proporcionado por esse “novo” modo de fazer história – que aumentou significativamente a interdisciplinaridade e diversificou a variedade de fontes disponíveis para o estudo dos mais diversos objetos – afetou a produção da história militar tanto nas instituições civis como nas militares. A nova história se beneficiou da produção historiográfica militar, principalmente nos países em que ela é produzida de maneira mais sistemática (caso, por exemplo, dos EUA), onde a qualidade das histórias oficiais é boa e elas podem servir de base para o trabalho de outros pesquisadores, principalmente como alvo dos estudos revisionistas, seus maiores beneficiários (embora o problema da dificuldade de acesso ao material, sob domínio e controle das instituições militares ainda persista) (PARET, 1993:215-217).

Olhando pela perspectiva institucional e não-acadêmica, o tema pode adquirir novas formas em razão de sua utilização como recurso para atender diferentes funções para a instituição. Uma dessas funções diz respeito à utilização da história militar como substituta da experiência prática, uma vez que a guerra, em sua realidade, não é algo que se possa criar ou simular em sua totalidade para fins de treinamento. Partindo do princípio de que a vocação militar se torna uma profissão pelo acúmulo de experiências que promoveriam um conjunto de conhecimentos profissionais, Samuel Huntington (1996:82) afirma que a história militar seria o meio de acumular tais experiências:

Na visão militar, o homem só aprende pela experiência. Se tem pouca oportunidade de aprender pela própria experiência terá então de aprender pela experiência dos outros. Daí o gosto do militar pelo estudo da História. Pois a História é, na frase de Liddell Hart, “a experiência

universal”, e História Militar, como disse Moltke, “é o meio mais eficaz de ensinar guerra em tempo de paz”. Desse modo, a ética militar dá grande valor ao estudo metódico e objetivo da História. Mas a História só tem valor para o militar quando é aproveitada para desenvolver princípios capazes de futura aplicação.

Como consequência, surge uma segunda função da história militar apontada por Liddell Hart, que considera a História como a experiência universal de muitos sob as mais diversas condições, transformando-se em ideal de treinamento militar uma vez que proporciona uma experiência indireta de grande valor pela sua variedade e extensão:

Aqui está a explicação racional de se ter a história militar como base da educação militar – seu valor prático preponderante para a formação e desenvolvimento mental do militar. Porém, como toda experiência, os benefícios dependerão da amplitude e do método utilizado em seu estudo (LIDDELL HART, 1982:26).

A história militar exerce ainda uma terceira função que, embora seja a mais criticada pelo meio acadêmico, é também uma das mais importantes para a instituição. Trata-se de sua utilização como elemento de doutrinação dos oficiais, principalmente dos jovens ingressantes nas Forças Armadas. Mais especificamente, como meio de lhes ensinar não somente a história da instituição na qual estão se inserindo, mas principalmente de imbuí-los de seus valores intrínsecos e do modo de vida ao qual terão que se adaptar, justificando-se a seleção de dados e informações de forma a promover uma interpretação idealizada dos acontecimentos:

A história militar é antes uma interpretação idealizada dos acontecimentos passados, destinados a inspirar o profissional. Quanto ao ensino de história, os oficiais militares criticam abertamente a instrução civil ministrada em programas universitários de treinamento de oficiais de reserva, visto acharem que os historiadores acadêmicos são indiferentes ao uso da história com a finalidade de doutrinação de futuros oficiais (JANOWITZ, 1967:222-223).

Essa visão utilitarista da história enfraqueceu o impacto da história militar como disciplina acadêmica, pois essa orientação afeta a coleta e a seleção de dados. Porém, como veremos, essa é uma característica que pode ser encontrada em toda produção historiográfica e não somente na militar. Por outro lado, essa missão pedagógica se alia às expectativas especiais presentes em muitos dos potenciais leitores desses trabalhos. Esse espírito utilitarista e a fé na relevância da experiência

histórica sempre foram forças-guia da história militar (PARET, 1993:15-16).³

Para historiadores com experiência como soldados profissionais tais como Liddell Hart e Michael Howard, essa utilização da história militar é perfeitamente natural. Já para o historiador que segue o caminho inverso, ou seja, que passa da vida acadêmica para os estudos militares, é necessário superar um certo ceticismo sobre o uso que pode ser feito de seus estudos, devido principalmente ao medo do círculo acadêmico de que seu trabalho possa ser usado de forma propagandística (HOWARD, 1983:188-189). No entanto, esse medo hoje vem desaparecendo não só pela ampliação da temática e dos centros de estudos desvinculados da prática oficial, como também pela percepção dos próprios pesquisadores de que os problemas a que essa história está sujeita incidem sobre toda a produção historiográfica e, portanto, desde que contornados, sua produção pode servir como recurso e objeto de análise válido.

Porém, a produção da história militar e seu desenvolvimento como disciplina se deu de forma diferente em função dos diferentes contextos. Nos países europeus ela ocupa lugar de destaque porque a história da formação dessas nações se confunde com suas próprias guerras. Segundo Craig (1986:326-327), no Ocidente do século XIX (leia-se EUA e Europa Ocidental), a voz do povo era incrivelmente sentida em todas as áreas da administração governamental, na qual se inseriam as questões militares. Parecia importante para a segurança do Estado e para a manutenção de suas instituições militares que o público em geral fosse educado para uma apreciação “própria” dos problemas militares. Nesse sentido, as publicações do Estado-Maior eram destinadas não apenas para o uso do Exército, mas também para o consumo mais geral, embora os textos dos soldados fossem muito mais técnicos.

Da mesma forma nos EUA, trabalhos sobre a Guerra de Independência e sobre a Guerra Civil ocupam lugar de destaque na historiografia tanto acadêmica quanto militar devido às profundas marcas deixadas na sociedade por esses conflitos. Ao mesmo tempo, os assuntos militares estão hoje em debate por conta do envolvimento americano em operações militares recentes (Kosovo, 1998; Afeganistão, 2001; Iraque, 2003), as duas últimas decorrentes de ataques empreendidos por

³ Tânia Oliveira, em trabalho que analisa o ensino de História Militar aos cadetes da Academia da Força Aérea brasileira (AFA), observou esse caráter pragmático da disciplina, como meio de extrair lições dos acontecimentos bélicos que possam ser utilizados em situações futuras. Mais que isso, a autora afirma que é possível observar nas academias militares a reprodução intencional de certos valores morais e culturais como forma de manutenção do espírito do profissional militar: “Assim sendo, o papel destinado ao conhecimento da História nas atividades militares, segundo a visão da instituição militar, é daquela que reproduza os valores próprios do profissional de farda e a busca de lições que as guerras passadas possam revelar para suas atividades bélicas” (OLIVEIRA, 2001:25).

grupos “terroristas” afegãos em 11 de setembro de 2001 que fizeram com que, de alguma forma, a temática militar se tornasse parte da vida cotidiana do cidadão comum, abalado em seu sentimento de segurança.

Já no Brasil, a disciplina não adquiriu no mesmo passo a importância observada em outros países e o baixo interesse civil pelo tema tem suas razões. Embora tenhamos participado de uma das mais importantes e sangrentas guerras do século XIX, a Guerra do Paraguai (conhecida fora do Brasil como Guerra da Tríplice Aliança), a difundida percepção de ausência de ameaças externas fez com que a temática militar não ocupasse posição de destaque na academia.

Por outro lado, as Forças Armadas no Brasil tiveram maior envolvimento em questões internas que nos países Europeus e nos EUA, desempenhando papel predominantemente político. Embora essa seja uma característica encontrada em muitos países originários de estruturas coloniais da América Latina, África e Ásia, no Brasil a história militar se confunde em muitos momentos com a própria história do país. Dessa forma, o envolvimento político das Forças Armadas aliado à baixa atuação militar em conflitos externos, relegou de certa forma os assuntos relacionados à história militar a um papel marginal.

Embora alguns autores tenham nos mostrado que este foi um processo que caracterizou uma fase do pensamento histórico mundial, o Brasil parece estar levando mais tempo para se libertar de antigas concepções. Talvez isso se deva ao fato de que, enquanto em muitos países a história militar passava pelo processo de revalorização, vivia-se no Brasil um regime dirigido pelas Forças Armadas e a desqualificação de tudo o que estivesse relacionado a esta temática pode ser considerada como consequência natural. Como destacou Castro (2004:13), a história militar acadêmica seguiu uma trajetória difícil no Brasil, pois o envolvimento militar na política desencorajou a pesquisa acadêmica sobre as Forças Armadas e a maioria dos trabalhos voltou sua atenção ao estudo de seu envolvimento na política.

Na área militar, a construção desse campo também não se deu de forma linear. Embora o imaginário militar busque na Batalha de Guararapes suas raízes históricas (CASTRO, 2002), é muito difícil falarmos numa história militar genuinamente brasileira até o século XIX. Enquanto colônia, até esse momento nossa história militar se confundia com a história militar de Portugal, sendo considerada como um sub-campo da “vida militar” portuguesa, embora as instituições e práticas militares europeias tenham sofrido alterações no processo de implementação no Novo Mundo (CASTRO, 2004:12).

Era também muito difícil nesse período separar a história militar da produção desenvolvida por outros campos da história e da literatura, não chegando a constituir campo próprio. Como descreve Janotti (2000:122), durante o século XIX, a própria historiografia foi definida como gênero literário para somente depois ser elevada à categoria de conhecimento científico e, até hoje, essas duas posturas se encontram presentes no discurso historiográfico. Nesse sentido, por algum tempo as memórias pessoais e os trabalhos de viés literário dominavam a história militar brasileira e somente a partir de 1890 é possível identificar a emergência de um gênero de história militar brasileira, período que coincide com o crescimento e fortalecimento institucional do Exército (CASTRO, 2004:14).

As obras tanto de Visconde de Taunay (1925) quanto de Tasso Fragoso (1934) são exemplos de uma fase da história militar brasileira que marcou as primeiras décadas do século XX, no qual a fascinação com os aspectos românticos e patrióticos da história militar permeou setores da sociedade brasileira. Contudo, no final dos anos 30 essa situação começou a mudar. O processo de reestruturação do Exército iniciado em fins do século anterior, os movimentos tenentistas que marcaram a década de 1920 e a proeminência das Forças Armadas no cenário político na década posterior fizeram com que o Exército assumisse diretamente a publicação dos autores de seu interesse através de sua Editora – Editora Biblioteca do Exército (CASTRO, 2004:15). Grande parte das publicações mostra o interesse desse veículo na formação de seu corpo de oficiais e, neste intuito, as memórias do período revolucionário de 1920 e da participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Campanha da Itália durante a II Guerra Mundial forneceram grande quantidade de material publicado por essa editora.

Porém, o período posterior à participação das Forças Armadas brasileiras na Segunda Guerra Mundial marca um momento político delicado, no qual o ideário anticomunista da Guerra Fria definiu as publicações militares. No meio acadêmico, isso se refletiu na dificuldade de pesquisa e publicações sobre temas militares. Ainda assim, nos anos que se seguiram ao golpe militar de 1964, identifica-se um volume substancial de trabalhos sobre os militares na política, cuja agenda (implícita ou explícita) era a busca das origens históricas do movimento de 1964 (CASTRO, 2004:16-17). O tema foi tratado de maneira diferente por muitos autores. Enquanto alguns centraram sua atenção em problemas de origens de classe, outros procuraram explicações de origem organizacional para compreender o comportamento político dos militares, baseando-se principalmente na educação militar e no processo de socialização dos oficiais (são expoentes dessa perspectiva os trabalhos de Carvalho, 2005; Coelho,

2000; Nun, 1992; Stepan, 1975).

Nesse contexto, grande parte das discussões girava em torno do problema do controle civil sobre os militares, numa comparação com outros exércitos, principalmente o americano, onde a profissionalização promoveu o afastamento militar da política. No Brasil, pelo contrário, o aprofundamento do processo de profissionalização fez com que as Forças Armadas se estabelecessem como atores políticos relevantes. Da mesma forma, a fraqueza institucional do sistema político aliada à recorrência de crises institucionais serviam como reforço ao papel político dos militares.

Entretanto, com o fim do regime militar, o tema começou a readquirir o respeito da academia e suas perspectivas analíticas se alteraram a partir da década de 90. O aumento gradativo do número de pesquisas e publicações, assim como a diversificação dos temas abordados menos voltadas ao problema do envolvimento militar na política trouxe novo fôlego para os estudos militares.⁴

A HISTÓRIA MILITAR COMO CONSTRUÇÃO: A CONTRIBUIÇÃO DA HISTÓRIA CULTURAL

As críticas levantadas à história militar podem levar à impressão inicial de que toda essa construção histórica esteja comprometida pelo caráter utilitarista e doutrinário, como se fosse uma relação intransponível e presente somente na construção levada a efeito pela instituição militar. Contudo, essa relação se encontra presente na construção histórica dos mais diversos grupos e, principalmente no caso das histórias oficiais,⁵ ela está diretamente relacionada a aspectos de identificação desses grupos, abrangendo desde grupos mais restritos como as Forças Armadas, até grupos maiores como é o caso das grandes construções nacionais.

Partimos de pressuposto da historiografia que entende que toda história é discurso, um discurso sobre o passado, estruturado sob a forma de texto, que constitui o objeto de estudo da historiografia:

Respondendo à pergunta “o que é historiografia?”, diz Carbonell: “Nada mais que a história do discurso – um discurso escrito e que se afirma verdadeiro – que os homens têm sustentado sobre seu passado”. Neste sentido, “cabe à historiografia” – como área específica ou

4 Prova dessa emergência pode ser encontrada na qualidade dos cerca de 100 trabalhos apresentados no I Encontro da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), realizado de 19- 21 de setembro de 2007 na Universidade Federal de São Carlos e que reuniu pesquisadores de todo o Brasil e do exterior falando sobre os mais variados temas que envolvem estudos militares.

5 Ser oficial significa sustentar em um determinado contexto, a fala de toda uma instituição. No caso das histórias oficiais, elas são as narrativas de caráter referencial para a instituição militar e são construídas como uma afirmação de veracidade que procura passar a mensagem: “esta é a nossa história” (MANCUSO, 2007:9).

especializada de atuação dos historiadores – “não uma reflexão sobre a história, enquanto conjunto da produção humana, mas fundamentalmente, sobre o conhecimento histórico, ou seja, a reflexão sobre a produção dos historiadores ou (...) sobre as obras históricas (...). Vale dizer, o debruçar-se sobre a história-conhecimento” (KARVAT, 2005: 48).

Esse conhecimento sobre o passado, por sua vez, não se baseia apenas nos eventos tais como se deram, sendo sempre mediado pelo tempo presente. Isto é, “tudo o que enunciarmos acerca do passado resulta de um exercício proposto sempre e no próprio presente e, desta maneira, suscetível a este mesmo presente” (KARVAT, 2005:48). É este presente, segundo Michel de Certeau, de onde parte toda a escrita da História: *Já dizia Lucien Febvre no seu estilo muito próprio: “o Passado”, escrevia ele, “é uma reconstituição das sociedades e dos seres humanos de outrora por homens e para homens engajados na trama das sociedades humanas de hoje”* (CERTEAU, 2002:22). Isso implica reconhecer que o conhecimento que temos acerca do passado se desenvolve com base nos problemas que preocupam os pesquisadores do presente.

O entendimento da produção histórica como narrativa foi por muito tempo rejeitada pelos historiadores, pois era associada a uma ênfase excessiva sobre *os grandes feitos de grandes homens*, isto é, supervalorizava a importância dos líderes políticos e militares em detrimento das pessoas comuns. Esta é justamente, segundo Shawn Smallman (1998:231), a principal preocupação das Forças Armadas não somente no Brasil, mas na América Latina de forma geral, na construção de sua história oficial, principalmente na construção da memória pública de sua história. Nesse sentido, a narrativa resultante procuraria promover uma história que enfatize a unidade militar a despeito dos conflitos internos, excluindo assim lutas de facções, aliados civis e abusos de força violentos, que fazem parte da história do Exército desde sua constituição, ocultando muitas dessas experiências em favor das escolas, dos grandes oficiais, das ideologias dominantes e das missões externas.

Entretanto, reacendeu-se nos últimos anos tanto o interesse histórico pela narrativa como o interesse pelas práticas narrativas características de culturas particulares, isto é, a história que as pessoas de um determinado grupo e em um determinado contexto “contam a si mesmas sobre si mesmas”. Segundo Burke (2005:158), essas narrativas culturais, como foram chamadas, oferecem pistas importantes sobre o mundo em que foram contadas. É neste quadro que se insere a relação capital da história como um dos meios de compreensão da identidade militar. Isso porque essa história oficial se estabelece visando não somente seu aspecto público, citado por Smallman. Existe, sim, a

preocupação com a consolidação de um discurso público através do qual buscam organizar e conduzir de maneira positiva a construção de sua imagem social e estabelecer “oficialmente” seu lugar e seu papel na história nacional. Porém, essa construção não pode entrar em conflito com a imagem difundida internamente como elemento de doutrinação dos novos oficiais ao mundo no qual vão se inserir, “uma comunidade cujas exigências sobre sua existência diária transcendem seus deveres oficiais” (JANOWITZ, 1967:176). Dessa forma, esse discurso precisa equalizar o confronto que possa existir entre a sua visão particular dos fatos e a construção de sua imagem pública, chegando a uma narrativa que seja coerente a esses dois mundos.

Assim, consideramos que o discurso histórico oficial é elaborado nessa dupla relação, não somente com o público em geral, mesmo que afirme se dirigir a ele, mas também na relação com seus pares que, inevitavelmente, irão julgá-lo. E isso não acontece somente no caso da narrativa histórica de uma instituição tida como conservadora como é o caso das Forças Armadas, mas é característica geral de toda obra historiográfica, como demonstra Certeau (2002:72). Segundo este autor, é necessário verificar a prioridade do discurso histórico em cada obra historiográfica particular tendo em vista que o público não é o verdadeiro destinatário do livro de história, mesmo que seja o seu suporte financeiro e moral:

Uma obra é menos cotada por seus compradores que por seus “pares” e seus “colegas”, que a apreciam segundo critérios científicos diferentes daqueles do público e decisivos para o autor, desde que ele pretenda fazer uma obra historiográfica. Existem as leis do meio. Elas circunscrevem possibilidades cujo conteúdo varia, mas cujas imposições permanecem as mesmas. Elas organizam uma “policia” do trabalho.

Torna-se, portanto, impossível pensar a narrativa histórica independentemente de suas condições de elaboração, pois é ela que define a sua produção, entendida por Certeau como o discurso resultante da relação da história com o tempo passado e presente, pois da mesma forma que esse discurso fala sobre a história (o passado), ele está situado nela através do presente:

Os discursos são históricos porque estão ligados a operações e definidos por funcionamentos e, por isso mesmo, não podem ser compreendidos independentemente da prática de que resultam. Por esta razão, entendo como história esta prática (uma “disciplina”), o seu resultado (o “discurso”) ou a relação de ambos sob a forma de uma “produção” (CERTEAU, 2002:32).

A idéia de “construção” ou “produção” da realidade surgiu dentro do panorama da Nova

História Cultural, da qual Certeau é um dos mais destacados expoentes, em decorrência do desconforto gerado entre seus historiadores com uma implicação do conceito de “representação”. Central na nova história cultural, este conceito foi acusado de significar que imagens e textos simplesmente refletem ou imitam a realidade social e, em decorrência, tornou-se comum pensar e falar em “construção” ou “produção” da realidade (de conhecimento, territórios, classes sociais, doenças, tempo, identidade e assim por diante) por meio de representações. A idéia de produção transpõe a antiga construção de causalidade que, por muito tempo, conduziu a análise histórica, tornando-nos, porém, atentos a dois outros problemas: de um lado, o remetimento do “fato” àquilo que o tornou possível e, de outro, a criação de uma coerência ou encadeamento entre os fenômenos constatados (CERTEAU, 2002:23). Essa coerência não é dada pelo encadeamento natural dos eventos históricos, pelo contrário, é produto das intenções e da posição social e histórica daquele que se dedica ao trabalho historiográfico. Como descreve Marshall Sahlins (2006:27):

O contar história histórico é o recontar, desde o começo, de um resultado já conhecido, aquele conhecimento que guia a seleção (dos arquivos) dos sucessivos eventos da narrativa. É como disse François Furet: “Toda história eventual é uma história teleológica; apenas o fim da história permite que se escolham e compreendam os eventos com os quais ela é fabricada”.

Dessa forma, os resultados da narrativa estariam mais relacionados aos objetivos propostos pelo trabalho historiográfico do que propriamente à sucessão de eventos, dado que esta é sempre definida por esses objetivos. Essa definição está estritamente relacionada ao que Certeau chama de lugar de produção – sócio-econômico, político e cultural – que irá definir a particularidade de onde eu falo e o domínio em que realizo uma investigação, ambos, portanto, impossíveis de serem suprimidos (CERTEAU, 2002:66-67).

Nesse sentido, o discurso histórico é resultado de uma série de fatores que irão determinar sua produção e, em função disso, a compreensão desses “movimentos discursivos” deve ser multifacetada (FREITAS, 2000:12). A inserção do autor num lugar de produção determina, tanto subjetiva quanto objetivamente, o tipo de análise que será empreendido. Entender essa ligação nos permite desnaturalizar a sucessão de eventos históricos e perceber que não há neutralidade no discurso, pois existe um autor implícito que é responsável pelo recorte, ordenamento e narrativa dos fatos:

A análise revelaria, assim, dois níveis do histórico, o das significações que o historiador voluntariamente atribui aos fatos narrados, dos quais pode tirar explicitamente lições morais ou políticas, e um segundo nível, cujas significações são perceptíveis através da temática

do historiador, ou da estrutura de sua narrativa, que acaba por revelar, implicitamente, uma determinada visão, uma determinada filosofia da história.

Perceber isso é desconfiar da noção de fato histórico, tão cara a uma historiografia positivista. Perceber isso é descobrir que os fatos não existem por si, mas nascem do sentido que lhes é atribuído, do recorte que o historiador faz do real ao expressá-lo por palavras; não mera cópia, como quer fazer crer, ainda, a maior parte dos historiadores. (LEITE, 1999: 83).

Por tudo isso, é praticamente impossível analisar um discurso histórico independentemente da instituição em função da qual ele se organiza, o que significa dizer que esse discurso será produto não somente de seu lugar de produção, como também de uma situação social, que afeta ao mesmo tempo o modo de trabalhar e o tipo de discurso resultante. Assim, a história se define pela relação entre a linguagem (ou seja, o texto) e o corpo social, isto é, pelos limites que este corpo social impõe, permanecendo configurada pelo sistema no qual é elaborado (CERTEAU, 2002: 77). *Se isto é um “bem” ou um “mal”? Antes de mais nada é um fato, que se detecta por toda parte, mesmo onde é silenciado* (CERTEAU, 2002: 74):

Antes de saber o que a história diz de uma sociedade, é necessário saber como funciona dentro dela. Esta instituição se inscreve num complexo que lhe permite apenas um tipo de produção e lhe proíbe outros. Tal é a dupla função do lugar. Ele torna possíveis certas pesquisas em função de conjunturas e problemáticas comuns. Mas torna outras impossíveis; exclui do discurso tudo aquilo que é a sua condição num momento dado; representa o papel de uma censura com relação aos postulados presentes (sociais, econômicos, políticos) na análise. Sem dúvida essa combinação entre permissão e interdição é o ponto cego da pesquisa histórica e a razão pela qual ela não é compatível com qualquer coisa. É igualmente sobre esta combinação que age o trabalho destinado à modificá-la (CERTEAU, 2002: 77).

Por essa perspectiva, podemos considerar a produção historiográfica como diretamente relacionada à construção da identidade social, não no sentido de que ela seja responsável pela definição de suas características, mas essa produção não deixa de levar em conta, mesmo que não intencionalmente, as questões concernentes à realidade social do grupo num dado momento. Nas palavras de Jurandir Malerba (2006:21): *A historiografia é um produto da história e revela com clareza a sociedade que a gerou.*

Segundo Certeau (2002:56), *O discurso explicita uma identidade social, não como ‘dada’ ou estável, mas enquanto se diferencia de uma época anterior ou de uma outra.* É justamente esse processo de alinhamento das versões construídas sobre o passado pela sociedade do presente que

motiva a historiografia, pois que por essas retificações a sociedade ajusta sua história às condições do presente. Conforme Malerba (2006:17):

Portanto, a fonte geradora da historiografia é a necessária retificação das versões do passado histórico, operada a cada geração. Quase desnecessário lembrar a ascendência croceana dessa postura, de acordo com a qual cada época levanta suas próprias questões e novas demandas e fórmulas para uma sociedade interrogar seu passado. A retificação, motivada e condicionada pela própria inserção social do historiador em seu contexto, costuma apoiar-se também em recentes descobertas documentais e/ou alargamento do horizonte teórico-metodológico da disciplina. Desse modo, como ensina Rüsen, cada geração conhece mais e melhor o passado do que a precedente. É essa historicidade do próprio conhecimento que obriga o historiador a haver-se com toda a produção que procura superar. Nasce aqui a necessidade incontornável da crítica.

No caso específico da produção historiográfica militar, essa retificação não nasce do desejo da crítica ou da necessidade teórico-metodológica de alargamento do conhecimento em função de novas fontes, mas de uma necessidade de atualização e realinhamento entre o passado e o presente, num processo estritamente relacionado à construção de sua identidade social. Isso porque, nesse realinhamento, o passado é “apresentado” de maneira a fazer sentido para o grupo no presente, criando, segundo Massino Mastrogrerori (2006:75), um espaço de *cognoscibilidade* dentro do qual é possível perceber o único passado possível. Nesse processo, aspectos como as condições políticas, econômicas, religiosas, morais e estéticas convergem num determinado presente para moldar o passado visível, isto é, *um passado possível de tornar-se real*.

É nesse sentido que entendemos que o discurso histórico oficial constitui recurso para a análise da identidade militar. É fato que nem todas as questões levantadas pela história sejam vividas no cotidiano da instituição, onde recebem destaque principalmente os elementos articulados pela tradição. Porém, as tradições não surgem simplesmente no cotidiano social e, antes mesmo de serem criadas, elas passam por uma elaboração da história.

Tomemos como referência o trabalho de Eric Hobsbawm, *A invenção das tradições* (1997), que entende por “tradição inventada” um conjunto de práticas, de natureza ritual ou simbólica, que visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição (HOBSBAWM, 1997:10). Essas tradições seriam inventadas como reação a situações novas que assumem a forma de referência a situações anteriores (ou estabelecem seu próprio passado), principalmente quando uma transformação rápida da sociedade debilita os padrões sociais para os quais as “velhas” tradições

foram feitas, produzindo novos padrões com os quais elas são incompatíveis. Dessa forma, com o intuito de se adaptar a um novo contexto, as sociedades acabam por se reinventar, garantindo sua própria continuidade.

Castro também trabalhou com a idéia desenvolvida por Hobsbawm, porém, afastando-se de sua concepção original ao considerar que não existem tradições genuínas: enquanto construção cultural, as tradições seriam todas elas inventadas. O autor destaca ainda que essa invenção não ocorre num terreno absolutamente livre, mas sim dentro de um campo de possibilidades históricas culturalmente limitado: *o passado é recriado por referência a um estoque simbólico anterior e precisa guardar alguma verossimilhança com o real, sob o risco de não vingar* (CASTRO, 2002:10-11).

É nessa relação que se estabelece um dos principais papéis da história na construção da identidade, mostrando-se como um dos articuladores desse estoque simbólico descrito por Castro nas invenções culturais. A tradição, nesse sentido, pode ser entendida como o elemento que faz a passagem da história para o cotidiano, trazendo efetivamente o passado para o presente, sendo possível porque em algum momento já havia um discurso histórico de alguma forma elaborado, capaz de fornecer as bases para sua efetivação. Esse pode mesmo ser o caso das comemorações em torno de Guararapes, tido como o mito de origem do Exército Brasileiro. Embora essa construção tenha sido oficializada em 1994, pelo então Ministro do Exército General Zenildo Lucena, com a criação do Dia do Exército no dia da primeira batalha dos Guararapes (19 de abril de 1648) (CASTRO, 2002), pode-se verificar que antes de passar para o terreno da tradição já havia uma construção historiográfica que evidenciava que essa passagem seria possível, como demonstra a construção sobre o período existente já na primeira edição da *História do Exército Brasileiro* (1972). Não pretendemos, com isso, estabelecer uma relação de precedência entre história e tradição, mas trazer a narrativa histórica para o mesmo patamar das outras formas de representação.

Nesse sentido, Mastrogregori (2006:69) propõe considerar a historiografia como uma das expressões de tradição das lembranças. Por tradição das lembranças o autor entende a dinâmica pela qual as lembranças são transmitidas ou esquecidas:

Narrativas, listas de nomes e de coisas, história, mitos, cerimônias, relatos, crônicas, arquivos, bibliotecas, coleções, coletâneas de objetos, imagens, registros de custódia, conservação e tesauroização, monumentos, restaurações, escavações, ritos de comemoração, tudo isso são ações e resultados de tradições das lembranças assim como a destruição de rastros objetos, imagens e textos, interpolações, omissões, desmembramentos, dispersões, ruínas, abandonos, furtos, ocultamentos, sepulturas e reconstruções.

O próprio autor destaca a estranheza que a palavra tradição pode causar quando utilizada também como referência ao que se perde, uma vez que tradição é sempre concebida com valor positivo, como alguma coisa que é salva, transmitida. O limite, segundo ele, é lingüístico, pois não dispomos de um termo que abarque conservação e destruição, memória e esquecimento. Porém, aqueles que estudaram não apenas o resultado da tradição, mas principalmente seu processo, sabem que essas questões aparentemente contraditórias são, na verdade, duas faces da mesma moeda. Para entendê-lo melhor, deve se ater a dois aspectos:

de um lado, a transmissão da lembrança e da imagem do passado é freqüentemente ligada ao exercício do poder. Os movimentos da tradição histórica das lembranças, que são às vezes batalhas para o conhecimento crítico e a memória, foram inúmeras vezes deslanchados pelo poder político ou religioso (pensem, por exemplo nas primeiras obras de Muratori). De outro lado, é preciso notar que esses movimentos determinam diretamente a formação, a posição, a localização das fontes que a historiografia científica um dia deverá explorar. O estudo do passado não é baseado em uma força de inércia na produção e na localização de rastros, de fontes, de documentos, mas na participação ativa de eras passadas – uma ação que vai em direção à conservação e à destruição (MASTROGREGORI, 2006:72).

Dessa forma, enquanto parte da tradição de lembranças, as narrativas históricas devem ser entendidas também como um processo dinâmico, uma vez que os discursos históricos construídos pela sociedade e pelos grupos não são fixos, sendo passíveis de sofrer alterações no decorrer das gerações e, dessa forma, não podem ser pensados de maneira dissociada da realidade social de sua produção. Isso sugere que, em diferentes contextos, um determinado grupo pode pensar sobre si mesmo de maneira diferente e, conseqüentemente, reelaborar sua representação no discurso histórico. Como descreve Maria de Lourdes Mônaco Janotti (2000:119):

Estudos de historiografia supõem o julgamento da obra de história, não apenas como trabalho de inspiração individual, mais ou menos bem-sucedido, mas também como resultado intelectual do confronto das concepções que uma sociedade tem sobre si mesma em um determinado momento vivido de seu percurso. Por esta circunstância, as condições históricas sob as quais a obra historiográfica foi produzida são tão importantes quanto as citações bibliográficas nela contidas.

Explicar, compreender a vida das grandes sociedades e registrar os acontecimentos presentes e passados foram sempre os objetivos mais aparentes da historiografia. Entretanto, essas opções são impelidas pela busca, sempre renovada, dos elementos constitutivos de uma identidade coletiva que se articula dialeticamente com o corpo abrangente das relações

político-sociais (JANOTTI, 2000:119).

Por tudo isso, a história, através de sua produção, pode ser entendida como mais um dos campos onde se desenrolam as representações sociais, pois através da narrativa sobre o seu passado a sociedade é capaz de se reinventar sempre que necessário de forma a produzir uma conexão de sentidos entre os eventos de acordo com sua realidade num dado momento. Como afirma Certeau (2002: 33), a história oscila entre dois pólos: por um lado, ela remete a uma prática e, portanto, a uma realidade; por outro, é um discurso fechado num texto que organiza e encerra um modo de inteligibilidade. Assim, ao reorganizar seu passado, as sociedades estão sempre se representando, na medida em que as relações históricas que irão estabelecer consigo e com os outros estão sujeitas – senão determinadas – à realidade que as cerca num determinado momento. Ao estabelecer sua história, a sociedade se representa num determinado lugar, tempo e contexto. Para Certeau, essa operação histórica tem um efeito duplo, uma vez que ao historicizar o atual, o discurso personifica não apenas uma situação vivida, mas, ao mesmo tempo, representa aquilo que falta:

Um grupo, sabe-se, não pode exprimir o que tem diante de si – o que ainda falta – senão por uma redistribuição do seu passado. Também a história é sempre ambivalente: o lugar que ela destina ao passado é igualmente um modo de dar lugar a um futuro (CERTEAU, 2002:93).

Dessa forma, a escrita tem o mesmo valor de mito, pois que substitui as representações tradicionais que autorizam o presente por um trabalho representativo que articula num mesmo espaço a ausência e a produção: *Sem dúvida a história é o nosso mito. Ela combina o 'pensável' e a origem, de acordo com o modo através do qual uma sociedade se compreende* (CERTEAU, 2002:33).

Essa forma de pensar a historiografia também como um dos campos da representação foi uma mudança paradigmática importante que se desenvolveu nas décadas de 1980 e 90 na passagem da história estrutural para a área dos estudos de história cultural. Nesse momento, considerava-se que a cultura historiográfica havia perdido sua capacidade de explicação estrutural dos movimentos culturais e dos processos civilizatórios. Sua energia explicativa inicial, dos grandes feitos modernizadores, cedeu lugar à consciência de viver numa época multicultural e de interesses pluriorientados. A mudança temática decorrente direcionou-se à compreensão do horizonte particularizado das culturas, da compreensão do outro – outros valores e outras culturas nas suas respectivas dimensões.

Nesse panorama, ganharam destaque as análises das memórias coletivas e individuais uma

vez que elas permitiriam o desdobramento metodológico em uma infinidade de possíveis leituras do passado: *Frente a essa diversidade de possibilidades da memória, o historiador já não consegue ter a certeza de reconstituir e significar um único passado* (DIEHL, 2002:15).

Contudo, se o estudo da memória e da identidade é uma das chaves de compreensão atual das perspectivas historiográficas elas não são, em essência, seu ponto central, mas sim as representações dessas memórias e das identidades nas experiências e expectativas de vida:

Entretanto, o processo de conscientização da experiência presente, através da memorização, configura-se como o ponto chave da contemporaneidade daquilo que podemos chamar de identidade. O ato de recordar produz sentido e significação através da ressubjetivação do sujeito e a re-poetização do passado, produzindo uma nova estética do passado (DIEHL, 2002: 114).

Na medida em que a historiografia seja entendida como fruto da especialização e da profissionalização da história enquanto disciplina, podemos concordar com Malerba e sua análise sobre a perspectiva do teórico alemão Jörn Rüsen que demonstra a dificuldade de se pensar a historiografia como representação, pois que ela seria originária de uma necessidade da consciência histórica de orientação temporal no mundo. Nesse sentido, Rüsen propõe entendê-la a partir da idéia de *práticas de narração histórica, pois por meio dessas práticas a 'historiografia' torna-se parte da cultura e um elemento necessário da vida humana* (MALERBA, 2006:22 – grifos do autor):

Nesse reino das várias *práticas culturais de narração histórica* e das diferentes manifestações do construto mental chamado história, “historiografia” pode ser caracterizada como uma espécie de prática cultural e de estrutura mental. É uma apresentação elaborada do passado, limitada ao meio da *escrita*, com suas possibilidades e restrições. Ela pressupõe a experiência social de um historiógrafo, caracterizada por certo grau de especialização e eventualmente de profissionalização e sua função em uma ordem política e social.

No entanto, grande parte das produções historiográficas militares não são obras que podem ser consideradas independentes, uma vez que estão ligadas à instituição por seu caráter oficial e, por isso mesmo, não seriam exemplo do que se poderia chamar de pensamento científico, que tem como um de seus pressupostos iniciais a objetividade. Porém, nem por isso essas obras podem ser desclassificadas como obras historiográficas. Como afirma Janotti (2000:120), não só obras originais, fruto da pesquisa inédita, mas também alguns textos de natureza jornalística, memorialística, biográfica e didática podem ser suscetíveis de uma análise historiográfica. A essas obras a autora chama de

manifestações historiográficas. Essa classificação pode ser estendida ao objeto deste trabalho, pois se parte das publicações militares não podem ser classificadas como obras historiográficas *strictu sensu*, elas não podem ter seu caráter historiográfico descartado uma vez que constituem a “escrita da história” (uma das definições mais elementares da historiografia) da instituição militar, embora conduzida pela própria instituição.

Essa perspectiva harmoniza-se à característica da história apontada por Horst Blanke, que afirma que *A matéria da história não é caracterizada apenas pelo fato de ser uma especialização acadêmica com seus métodos particulares, mas também por estar ligada à vida pública em geral* (BLANKE, 2006:51). Nesse sentido, a história não pertence somente àqueles atrelados a ela pela profissionalização e pela especialização, mas a todos os grupos sociais, tanto em termos coletivos quanto individuais. Essa construção da história considera o passado capaz de fazer sentido ao grupo no presente e, portanto, retomando Diehl (2002:115), são repoetizados e ressubjetivados apenas elementos e sentidos culturais dos grupos sociais específicos e não da sociedade como tal, *caso contrário, identidade passa a ser ideologia, facilmente vinculada à concepção de cultura nacional*.

Contudo, pondera Janotti (2000:121-122), embora o discurso histórico seja um campo fértil para a produção e reprodução ideológica, essa relação não se processa mecanicamente, *havendo diversos níveis de mediação entre a obra de história e as exigências das metas de dominação e controle social*. Como vimos, essa é justamente uma das críticas dirigidas à produção historiográfica militar, entendida como uma produção concebida com o fim único de doutrinação, o que marcou por muito tempo seu desenvolvimento e lugar dentro da academia.

Dessa forma, através desse exercício de reflexão teórica sobre o papel da história militar e as críticas que lhe são freqüentemente dirigidas, articulados com as reflexões sobre a construção histórica empreendida pela História Cultural, acreditamos conseguir demonstrar que as fraquezas e vulnerabilidades que atingem a produção histórica militar são as mesmas a que está sujeita de maneira geral toda produção historiográfica. Não queremos com isso redimir a história militar e sua produção oficial do caráter ideológico comumente inculcado nessas produções. Pelo contrário, ao tornar o leitor atento a essas características que são marcantes nas construções históricas oficiais em função do papel institucional que exercem, é possível ultrapassar barreiras culturais que se colocam diante dos historiadores e que acabam reproduzindo visões essencializadas sobre “os militares” como categoria de análise. Evitar essas essencializações é um passo importante em direção a consolidação de relações

entre civis e militares adequadas ao desenvolvimento democrático.

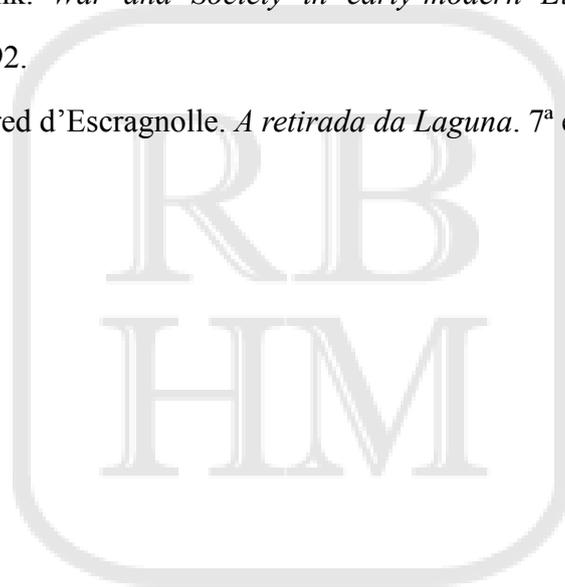
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BLANKE, Horst Walter. “Para uma nova história da historiografia”. In: MALERBA, Jurandir (org). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.
- BRASIL, Estado-Maior do Exército. *História do Exército Brasileiro*. 3 vol. Distrito Federal: Fundação IBGE, 1972.
- BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CARVALHO, José Murilo de. “As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”. In: Carvalho, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- _____ *A invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- _____; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- CRAIG, Gordon A. “Delrück: The Military Historian” in *Makers of Modern Strategy: from Machiavelli to the Nuclear Age*. Princeton: Princeton University Press, 1986.
- DIEHL, Astor Antonio. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2002.
- FRAGOSO, Augusto Tasso. *A História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. 5 vol. Rio de Janeiro, 1934.
- FREITAS, Marcos Cezar (org). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (org). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- HOWARD, Michael. “The use and abuse of Military History”. In: *The cause of war and*

- other essays*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1983.
- _____ *War in European History*. New York: Oxford, 2001.
 - HUNTINGTON, Samuel P. *O Soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército: 1996.
 - JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico. “Diálogos convergentes: políticos e historiadores no início da república”. In: FREITAS, Marcos Cezar (org). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2000.
 - JANOWITZ, Morris. *O soldado profissional: estudo social e político*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1967.
 - KARVAT, Erivan Cassiano. “A historiografia como discurso fundador: reflexões em torno de um *Programma* histórico”. In *Revista de História Regional*, 10 (2): 47-70, Inverno, 2005.
 - LEITE, Lígia Chiappini Moraes. *O foco narrativo. Ou a polêmica em torno da ilusão*. 9 ed. São Paulo: Ática, 1999.
 - LIDDELL HART, Basil H. *As grandes guerras da história*. 3 ed. São Paulo: IBRASA, 1982.
 - LÓPEZ, Antonio Espino. *La Renovación de la historia de las batallas*. Disponível em <<http://www.ejercito.mde.es/ihycm/revista/91/espino.html>>. Acesso em 25/01/2006.
 - MALERBA, Jurandir. “Teoria e história da historiografia”. In: MALERBA, Jurandir (org). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.
 - MASTROGREGORI, Massimo. “Historiografia e tradição das lembranças”. In: MALERBA, Jurandir (org). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.
 - MANCUSO, Amanda Pinheiro. *Entre terra e mar: história e política na narrativa oficial das forças armadas – os casos do Exército e da Marinha*. 2007. 272 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. UFSCar – São Carlos.
 - NUN, Frederick M. *The time of generals: Latin American Professional militarism in world perspective*. Nebraska: Lincoln & London Press, 1992.
 - OLIVEIRA, Tânia Regina Pires de Godoy. *O estudo da guerra e a formação da liderança*

militar brasileira (1996 – 2004). 2005. 344 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação. UFSCar – São Carlos.

- PARET, Peter. “The history of war and the new military history”. In: *Understanding war: essays on Clausewitz and the History of military power*. Princeton, 1993.
- SAHLINS, Marshall. *História e Cultura: apologias a Tucídides*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- SMALLMAN, Shawn C. “The violent censorship of brazilian veterans, 1945-1954”. In: *Hispanic American Historical Review*, 78:2, 1998.
- STEPAN, Alfred. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1975.
- TALLET, Frank. *War and Society in early-modern Europe, 1495-1715*. London: Routledge, 1992.
- TAUNAY, Alfred d’Escragnolle. *A retirada da Laguna*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Ediouro.



A GUERRA DOS HISTORIADORES: S. L. A. MARSHALL E AS AVALIAÇÕES DA INFANTARIA NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Cesar Campiani Maximiano¹

A revisão bibliográfica proposta a seguir aborda algumas das discussões relacionadas ao desenvolvimento dos estudos sobre a eficácia de combate da infantaria americana desde o fim do último conflito mundial, enfocando, além de tais obras, outros trabalhos relevantes para a compreensão do desempenho dos combatentes nos campos de batalha do século XX. O conhecimento desta literatura e das interpretações decorrentes é útil para o entendimento das questões referentes ao treinamento e atuação em combate da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária, um tema merecedor de maior atenção da parte dos pesquisadores. O texto procura ainda identificar uma possível origem para a credibilidade da “razão de fogo” proposta por S.L.A. Marshall, a partir da tipologia de ferimentos observada na FEB e de relatos de veteranos brasileiros. Essa questionável afirmação de S.L.A. Marshall permaneceu em voga, apesar de contradizer a experiência relatada por grandes quantidades de veteranos americanos do último conflito mundial.

Após a Segunda Guerra Mundial, a experiência de organizar forças armadas com base no sistema de recrutamento em massa suscitou uma série de avaliações a respeito da eficácia em combate da infantaria americana. Desde o final do conflito, tais discussões motivaram uma longa tradição de estudos que pretendiam desvendar as razões das limitações e eventuais sucessos das pequenas unidades de infantaria do Exército Americano. Originadas da psicologia social de Samuel Stouffer² e do livro de 1947 do historiador S.L.A. Marshall³, nas últimas três décadas as discussões foram acrescidas de uma série de trabalhos que deram origem à controvérsia referente à qualidade das divisões de infantaria do tipo *draftee*, ou seja: as grandes unidades formadas por conscritos e cuja liderança em nível de pelotão e companhia era composta, de forma majoritária, por oficiais da reserva⁴.

Apesar das opiniões comumente propaladas que condenam como tendenciosas ou até mesmo triunfalistas as avaliações do desempenho americano na guerra, tais versões parecem ter se inspirado mais propriamente nas comemorações em âmbito público, de parte da produção cinematográfica⁵ e da

1 Historiador e pesquisador do Núcleo de Política, História e Cultura da PUC/SP.

2 Stouffer, S. et alli. *The American Soldier: Adjustment During Army Life*, vol. I. Nova Jersey: Princeton University Press, 1949.

3 Marshall, S.L.A. *Men Against Fire*. Nova York: William Morrow & Co., 1947. A obra foi traduzida no Brasil pela Biblioteca do Exército em 1957, com reedição no ano de 2003, sob título *Homens ou Fogo*.

4 Kennet, L. G.I.: *The American Soldier in WWII*. Norman: Oklahoma University Press, 1997.

5 Não é possível afirmar que a cinematografia americana sobre a Segunda Guerra seja unanimemente laudatória. Mesmo durante a Guerra Fria há filmes tão diferentes entre si como *Battleground* (William Wellman, 1949); *Attack!* (Robert Aldrich, 1956); *A Walk in the Sun* (Lewis Milestone, 1945) e *To Hell and Back* (Jesse Hibbs, 1955).

história militar popular, bem representada nos livros do historiador Stephen Ambrose⁶. Embora seja inegável a vivacidade narrativa das obras deste último autor, muitas vezes reforçada por seu emprego sistemático de fontes orais, úteis para a compreensão da realidade do combatente, os escritos de Ambrose estão imbuídos de julgamentos que passam ao largo das análises mais críticas da conduta em batalha dos soldados americanos. Ambrose, no entanto, não poupou censuras rigorosas ao sistema de depósitos de pessoal que garantia o recompletamento das baixas nas divisões americanas.

Em *Cidadãos Soldados*, a conclusão do autor é parcialmente baseada na afirmação de que os conscritos de seu país acabaram por vencer as sucessivas batalhas na Europa em função do excepcionalismo americano: os alemães seriam autômatos criados na repressiva sociedade do Terceiro Reich, e, portanto, incapazes de tomarem decisões rápidas. Segundo Ambrose, os integrantes da Wehrmacht seriam também carentes de iniciativa e de um ideário capaz de embasar de forma sólida sua motivação para o combate. De maneira contrastante, no julgamento do autor, os soldados americanos puderam contar com a *american ingenuity*: a capacidade de improvisar em momentos críticos, adicionalmente respaldada pelo ideário nacional do americanismo, supostamente inculcado de forma inerente no âmago de seus valores coletivos compartilhados⁷.

Em suma, as explicações de Ambrose fundamentam-se na nebulosa conceituação de *identidade nacional*, oriunda dos mitos fundadores dos Estados Unidos e difícil de ser expressa em termos objetivos, em contraste com estudos mais aprofundados que levaram em consideração os aspectos sociais da constituição das forças armadas americanas, parcialmente baseadas em proposições teóricas, mas também quantificadas em estudos exaustivos sobre o comportamento dos soldados em combate (como se verá adiante, a representação dos enfrentamentos em estatísticas e tabelas também ocasionou contestação).

Tal diferenciação não despreza a validade dos argumentos de cunho cultural na compreensão das características das organizações militares de países distintos – afinal, uma relevante vertente interpretativa insere as diferentes culturas como definidoras da motivação humana para a guerra⁸. No entanto, tais peculiaridades são mais bem entendidas a partir dos condicionamentos históricos: uma abordagem define a abstração do “caráter nacional” como fator categórico e determinante do

6 Ambrose, S. *Cidadãos Soldados*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001; Ambrose, S., *Band of Brothers*. Nova Jersey: Touchstone Books, 2001.

7 Para as idéias de “engenhosidade americana” e excepcionalismo, ver Tota, A.P. *Os Americanos*. São Paulo: Contexto, 2009.

8 Van Creveld, M. *The Culture of War*. Novato: Presidio Press, 2008; Keegan, J. *Uma História da Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

desempenho militar; outra procura entender como as sociedades funcionam em tempo de guerra levando em conta a multiplicidade de experiências relacionadas à formação nacional que possam ter colaborado para moldar suas instituições, sem descurar da possibilidade de semelhanças entre culturas militares de nações diferentes e de eventuais nuances e discrepâncias existentes dentro de um país específico⁹.

Uma atenção mais cuidadosa à produção acadêmica elaborada por historiadores dedicados ao estudo do *US Army* permite constatar (ao contrário da opinião simplista que taxa como unanimemente tendenciosas as próprias avaliações americanas sobre suas forças armadas) como o desempenho de seus soldados foi submetido a rigorosas revisões – que invariavelmente resvalam na competência dos altos escalões responsáveis pela organização e formação de grandes contingentes. É óbvio apontar que essa sólida produção foi derivada de exaustivos projetos de pesquisa conduzidos ao longo de décadas, e só foi possibilitada pela liberdade de proferir opiniões contundentes, mesmo que estivessem em desacordo com as versões oficiais da história do Exército Americano. Mas é bastante significativa a ausência de menção à “razão de fogo” nos *Green Books*, a história oficial das campanhas da Segunda Guerra Mundial – a despeito de Marshall ser um dos principais historiadores vinculados ao Exército. Igualmente notável como contraponto às críticas é o fato de que alguns dos autores discutidos a seguir, ferrenhos defensores do combatente americano, sejam oficiais do Exército com formação acadêmica em história e preocupados com a difusão de opiniões favoráveis ao desempenho da instituição a que pertencem: John Sloan Brown, Michael Doubler e Peter Mansoor.

MARSHALL E STOUFFER: AS ORIGENS DA POLÊMICA

Depois de três anos de contínuos enfrentamentos contra soldados alemães desde o Norte da África, Itália e até a Europa central, os altos números de baixas em combate sofridos pelas divisões de infantaria americanas foram responsáveis por ajudar a formar o mito da invencibilidade da Wehrmacht. Apesar da derrota da Alemanha Nazista, a opinião então corrente era a de que havia problemas de origem relacionados à qualidade das tropas de infantaria americanas que só foram superados graças ao avassalador número de engenhos que os Estados Unidos colocaram em campo: vasta cadeia logística capaz de sobrepujar o inimigo por meio da superioridade material¹⁰. O consenso

9 Gray, C.S. “Comparative Strategic Culture”, in *Parameters, Journal of the US Army War College*. Vol. XIV, no. 4, 1984.

10 Para a condução estratégica da guerra pelos EUA, ver Murray, W.; Millett, A. *A War To Be Won*. Cambridge: Belknap Press of the Harvard University Press, 2000, além de Overy, R. *Why The Allies Won*. Londres: Pimlico, 1995.

sugeria que, homem a homem, o combatente alemão era um soldado melhor.

As entrevistas conduzidas por Sir Basil Liddell Hart com antigos comandantes alemães convergiram para moldar qualitativamente a opinião que engrandecia a capacidade profissional alemã¹¹. Mesmo na década de 1980, o jornalista William Waack conseguiu captar ecos entre os testemunhos de veteranos da Wehrmacht asseverando que a vitória Aliada foi essencialmente determinada pela abundância de meios: segundo um de seus entrevistados, o Major Joseph Beckmann, da 232ª Divisão de Infantaria, “a situação da nossa unidade era precária. Gasolina, praticamente não havia. Havia munição para as armas da infantaria, mas a artilharia estava racionada, em dias normais, a sete disparos por canhão”¹². Beckman reforça, assim, a idéia de que, no caso de igualdade de condições, o desfecho das operações teria sido diferente – note-se na emissão deste julgamento a ausência de informações mais apuradas sobre a situação tática de que dispunham os alemães e avaliações precisas sobre a disponibilidade de recursos dos Aliados, que era criticamente limitada no final de 1944¹³. Contudo, as insuficiências logísticas denotadas no Exército Americano, assim como a primazia das posições defensivas alemãs em vários momentos da campanha da Europa e do Mediterrâneo, não impediram que a percepção da presumivelmente intrínseca superioridade alemã prevalecesse.

Faltavam, no entanto, dados empíricos para sustentar tal versão. Não demorou até que uma tradição de pesquisa começasse a apontar onde se localizavam as deficiências: os primeiros problemas na organização do Exército Americano foram detectados por Samuel Stouffer e sua equipe de entrevistadores e divulgados com a publicação da pesquisa *The American Soldier* em 1949. A volumosa mobilização para combater na Segunda Guerra Mundial fez com que os Estados Unidos aumentassem o efetivo do exército de 16.624 oficiais e 249.441 praças de 1940 para oito milhões em 1945. A indução de milhões de civis aos rígidos padrões disciplinares da caserna resultou em ampla rejeição à vida militar: em muitos casos, praças recrutados não aceitavam ser comandados pelos sargentos que vinham servindo desde antes da entrada dos EUA na guerra, uma vez que os graduados profissionais frequentemente tinham nível de instrução formal mais baixo do que seus subordinados¹⁴. Tal circunstância foi contemporizada ao longo da criação das levas de divisões de conscritos, nas quais a maioria absoluta dos combatentes era oriunda da vida civil, independentemente da graduação

11 Liddell Hart, B. *O Outro Lado da Colina*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

12 Waack, W. *As Duas Faces da Glória*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, pp. 167-8.

13 Fisher Jr., E. *Cassino to the Alps*. Washington, D.C.: Center of Military History, United States Army, 1993.

14 Stouffer, S. et alli. *The American Soldier: Adjustment During Army Life*, vol. I. Nova Jersey: Princeton University Press, 1949. P. 63.

em que serviam¹⁵. Essa situação foi possibilitada pela formação de oficiais subalternos egressos dos *Reserve Officer Training Corps* (ROTC) e da rápida promoção dos melhores recrutas aos postos de graduados, de forma similar ao grande número de oficiais de Infantaria dos CPOR e de estudantes secundários e universitários promovidos a sargentos que serviram com a FEB na Itália¹⁶. O estudo de Stouffer, ao apresentar uma quantidade relevante de informações coletadas com rígida metodologia, transpôs o cunho anedotário dos relatos individuais, servindo para atestar a insatisfação generalizada com que os convocados receberam o chamado para a vida militar. Dois anos antes, em 1947, Marshall havia publicado o clássico estudo *Men Against Fire*, também traduzido em edição brasileira pela Biblioteca do Exército em 1957, sob o título *Homens ou Fogo*¹⁷.

Combinadas com os resultados da pesquisa de S.L.A. Marshall, as constatações de Stouffer suscitaram a basilar dúvida sobre a qualidade do treinamento recebido pelos conscritos americanos em suas forças armadas. No que dizia respeito à eficácia dos esforços de motivar e reforçar o moral dos soldados, a equipe de Stouffer foi capaz de apontar a inadequação do preparo motivacional. Seria possível que esta conclusão estivesse de alguma forma relacionada à “razão de fogo” que Marshall afirmou ter discernido depois das entrevistas citadas no livro de 1947?

Segundo Marshall, suas entrevistas revelaram que menos de 25% dos fuzileiros das unidades de infantaria haviam disparado suas armas durante os combates. Uma das principais conclusões ditava que o fundamental fator responsável pelo baixo índice de disparos era o *medo de matar* – e não a possibilidade de morte em combate. Os condicionamentos morais, religiosos e familiares representariam, portanto, um impedimento para a aceitação instantânea da necessidade militar de se engajar com o inimigo na linha de frente. Segundo Marshall, no futuro seria indispensável que o treinamento militar discutisse as questões relativas à moralidade de matar em combate¹⁸.

A razão de fogo estabelecida por Marshall afirmava que nas divisões de conscritos, a taxa de soldados de infantaria que disparavam suas armas individuais no combate aproximado não passava de 15%. Nas unidades de elite como as divisões de paraquedistas, a proporção quase dobrava, atingindo os 25%. No reide de Makin em 1943, as porcentagens incluíam tanto os *Marines* armados de fuzil, como os fuzileiros-metralhadores, homens armados de carabinas M1, lança-rojões e metralhadoras. Mas normalmente, Marshall observou que os homens incumbidos do armamento das companhias

15 Brown, J.S. *Draftee Division*. The 88th Infantry Division in World War II. Novato: Presidio Press, 1998.

16 Mascarenhas de Moraes, J.B. *A FEB Pelo Seu Comandante*. São Paulo: IPE, 1947.

17 Marshall, S.L.A. *Men Against Fire*. Nova York: William Morro & Co, 1947.

18 Marshall, S.L.A., *op. cit.*, p. 78.

e pelotões de petrechos eram os que mais disparavam. As armas de fogo coletivo, pertencentes às companhias de petrechos pesados e manejadas por pequenas guarnições, rompiam a sensação de isolamento do campo de batalha, que, segundo o autor, seria também responsável pela relutância em atirar¹⁹.

As conclusões de *Homens ou Fogo* teriam sido supostamente obtidas por meio de entrevistas realizadas com o total de quatrocentas companhias de fuzileiros, imediatamente após as ações de combate. Considerando que cada companhia de fuzileiros do padrão americano na Segunda Guerra tinha quatro pelotões compostos por aproximadamente 40 homens e que a duração de entrevistas por companhia teria tomado um único dia de trabalhos, é evidente que Marshall jamais teve tempo hábil para conduzir tal número de entrevistas na quantidade de tempo de que dispôs para pesquisar seu *Homens ou Fogo*.

DUPUY E VAN CREVELD: MAIS ARGUMENTOS PARA AS FALHAS DA INFANTARIA

The American Soldier e *Homens ou Fogo* não foram elaborados com o propósito de promoverem comparação da eficiência entre alemães e americanos, mas serviram como subsídio e inspiração para trabalhos do gênero. O que Marshall desejava era despertar a atenção, de modo incisivo, para problemas com o treinamento do Exército. Independente dessas intenções e a despeito dos indícios de que continha problemas metodológicos graves, o livro de Marshall colaborou para dar fôlego a uma série de obras de semelhante caráter crítico da competência americana para conduzir a guerra. Em *Numbers, Predictions, and War*, o Coronel Trevor N. Dupuy, do Exército Americano, tabulou os dados referentes a um total de 81 enfrentamentos com a Wehrmacht, isolou algumas das variáveis que definiam a situação tática e chegou à conclusão de que os alemães eram “20% superiores aos americanos na questão da eficácia de combate”. Russel F. Weigley atribuiu a inferioridade tática americana à tradição de mobilidade herdada das campanhas do século XIX nas fronteiras, que teria permanecido subjacente no Exército durante a Segunda Guerra Mundial, dificultando a admissão da necessidade de se engajar direta e frontalmente contra o inimigo²⁰.

Logo depois que Trevor Dupuy endossou a noção de excelência tática alemã em seu livro,

¹⁹ Marshall, S.L.A., *op. cit.*

²⁰ Dupuy, T.N. *Numbers, Predictions, and War*. Indianapolis: Bobbs-Merril, 1979; Weigley, R.F. *Eisenhower's Lieutenants*. Bloomington: Indiana University Press, 1990.

o historiador Martin van Creveld creditou que uma razão significativa para a superioridade alemã era originada do princípio de *Auftragstaktik*, que pode ser traduzido como “tática orientada pela missão”²¹. Os líderes dos pequenos escalões alemães sempre recebiam ordens que simplesmente identificavam os objetivos, e que jamais especificavam as alternativas de ação que deveriam ser seguidas pelos soldados. Assim, cabia ao próprio combatente alemão, muitas vezes um tenente ou graduado, desenvolver criativamente sua própria opção tática que conduzisse ao êxito. O bom funcionamento deste princípio estava indissociavelmente ligado à clareza em relação ao objetivo estabelecido²².

Ao contrário da liberdade de ação da infantaria alemã, o historiador israelense sustentou que o modelo de “tática orientada pela ordem”, a *Befehlstaktik*, seria prejudicial ao bom desempenho da infantaria aliada, principalmente a americana. A emissão de ordens específicas, incluindo orientações de manobra, efetivo, emprego de armamento e itinerário, agiria em detrimento da eficácia, ao restringir o desenvolvimento de apreciações críticas por parte das pequenas unidades de infantaria.

DESESTRONIZANDO MARSHALL: SPILLER, DOUBLER E MANSOOR

Em 1988 o historiador Roger Spiller promoveu uma revisão de *Homens ou Fogo*. Na época, Spiller era vice-diretor do Combat Studies Institute, pertencente ao equivalente americano da escola de comando e Estado-Maior, em Fort Leavenworth.

Spiller consultou John Westover, integrante da equipe de S.L.A. Marshall, a respeito dos dados coletados para afirmar a razão de fogo. Westover, no entanto, não conseguiu se recordar de ter visto Marshall elaborar perguntas sobre se os homens que entrevistou haviam ou não disparado suas armas individuais durante os combates. As evidências apontavam na direção de que Marshall havia inventado a “razão de fogo”, criando ao mesmo tempo dados numéricos completamente fictícios para amparar suas conclusões. Os cadernos de campo pertencentes a Marshall preservados em arquivos tampouco continham alusão à pergunta sobre os disparos. O trabalho de Spiller coincidiu com as recordações de veteranos da Segunda Guerra Mundial, que vinham de encontro com as proposições contidas em *Men Against Fire*: segundo os antigos combatentes se lembravam, era absolutamente majoritária a parcela de homens que havia demonstrado agressividade em combate²³.

21 Van Creveld, M. *Fighting Power*. Westport: Greenwood Press, 1982.

22 English, J.; Gudmundsson, B. *On Infantry*. Londres: Praeger, 1994.

23 Spiller, R. “S.L.A. Marshall and the Ratio of Fire”, in *The RUSI Journal*, Winter 1988, pp. 63-71.

Marshall, portanto, parece ter realmente inventado os dados que fundamentam sua *ratio of fire*, o que o situa, para muitos pesquisadores contemporâneos, em algum lugar entre a má produção histórica e o charlatanismo. Infelizmente, reflexões importantes contidas em *Homens ou Fogo* acabaram obscurecidas pela denúncia das porcentagens falsificadas contidas no livro.

Em resposta as opiniões que creditavam a superioridade de meios como fator determinante da vitória Aliada na Europa, em meados da década de 1990, Michael Doubler, com o livro *Closing With the Enemy*, procurou demonstrar que a eficácia da infantaria americana não podia ser compreendida unicamente pelo viés das táticas das pequenas frações de tropa. A doutrina de combate americana tinha sido calcada na estrutura triangular das divisões blindadas e de infantaria, que possibilitava a integração com a artilharia e caças-bombardeiros²⁴.

Tal julgamento considera que visões como a de Marshall e van Creveld eram falaciosas, pois descuravam da indispensável noção de combinação de armas, essencial para o sucesso das divisões de infantaria americanas nos meses finais da guerra. As justificativas alemãs, portanto, deslocavam o problema da falta de planejamento estratégico capaz de conferir à Wehrmacht idêntica disponibilidade de meios: a Wehrmacht foi derrotada não pela superioridade material, mas pela excessiva confiança que a doutrina de combate alemã depositava na tática das pequenas unidades de infantaria. O diagnóstico mais correto para a derrota alemã deve ser reputado a sua miopia estratégica. Apesar disso, durante e mesmo depois da guerra, a propaganda nazista, assim como sua reverberação que sobreviveu ao Terceiro Reich, foram capazes de disseminar a idéia da Wehrmacht como uma força moderna²⁵.

Doubler reafirmou a importância do soldado conscrito e da Guarda Nacional como elementos vitais para o bom funcionamento das forças armadas, que puderam contar com a própria população em momentos em que foi necessário o rápido e repentino aumento de efetivos. O *sistema de guerra* americano estaria assim apto a moldar rapidamente os conscritos em combatentes com alto nível de eficácia. O repúdio ao serviço militar foi superado pela noção da necessidade de se engajar com o inimigo e “dar conta do serviço”. Os princípios democráticos do exército formado por cidadãos soldados teriam possibilitado ainda a renovação crítica dos processos de combate, assim como a introdução de novas abordagens para a resolução dos problemas táticos, independentemente da origem das novas sugestões, quando emanadas dos níveis hierárquicos mais baixos. Em 1994, Peter Mansoor

24 Doubler, M. *Closing With the Enemy*. Lawrence: University Press of Kansas, 1994. O livro de Doubler está incluído na lista de leituras oficiais do Chefe do Estado-Maior americano.

25 Doubler, M., *op. cit.*

ofereceu mais uma relevante contribuição à discussão com seu *The GI Offensive in Europe*. Mansoor, então servindo como tenente-coronel, apresentou o trabalho originalmente como uma monografia da Ohio State University²⁶. Acompanhando a argumentação de Doubler, o livro de Mansoor sustentou que a análise do desempenho americano não podia ser reduzida ao âmbito das pequenas táticas e desvinculada do sistema de organização divisionária. Contudo, Doubler e Mansoor foram criticados por não estabelecerem diferenciações rígidas que poderiam ter sido identificadas ao se analisarem combates específicos em que unidades americanas de elite enfrentaram tropas alemãs de segunda linha. A noção de excelência tática alemã ainda conserva seus arautos²⁷.

Não obstante essa limitação apontada em seus trabalhos, os métodos de análise empregados por estes autores são úteis para entender o desempenho em campanha de uma unidade aliada medianamente treinada que lutou contra tropa alemã formada no fim da guerra e carente de meios, mas que contava com a vantagem de guarnecer posições sólidas. Trata-se da divisão brasileira que enfrentou os alemães situados em fortificações estáticas nas montanhas da Itália.

LETALIDADE NO CAMPO DE BATALHA: A EXPERIÊNCIA DA FEB

Como a discussão envolvendo a razão de fogo permaneceu vívida por tantas décadas, se ela contradizia a experiência de um número grande de veteranos que testemunharam contrariamente às conclusões de Marshall? O historiador americano adicionou um nível de complexidade ao problema quando ressaltou a relevância do armamento de apoio de que dispunham os batalhões de infantaria.

Um fator para a compreensão da insistência dos argumentos de Marshall se compara com a experiência de guerra vivenciada pelos fuzileiros da Força Expedicionária Brasileira durante a Campanha da Itália. Obviamente, limitar-se ao exemplo da FEB consiste em uma tentativa de análise por demais circunscrita à experiência de combate de uma única divisão, embora a campanha dos brasileiros seja típica da situação de muitas grandes unidades americanas que, durante os avanços em direção à Alemanha, também precisaram enfrentar tropa inimiga em situação defensiva. Ao mesmo tempo, a análise da atuação de uma única divisão é conveniente, pois evita generalizações que possam dar origem a julgamentos absolutos envolvendo forças compostas por dezenas ou até centenas de

²⁶ Mansoor, P. *The GI Offensive in Europe*. Lawrence: University Press of Kansas, 1994. Para uma refutação do trabalho de Mansoor, ver: Thomas E. Nutter, *Mythos revisited*. Disponível em <http://www.militaryhistoryonline.com/wwii/armies/chapter1.aspx>

²⁷ Nutter, T.E., *op. cit.*

divisões de infantaria, cada qual treinada e preparada de maneira particular²⁸. A atuação de uma tropa frente à campanha defensiva empreendida pelos alemães na Itália não pode ser estudada segundo os mesmos parâmetros da perseguição à Wehrmacht na Normandia, ou no contexto da batalha das Ardenas.

A comparação ainda é útil devido à inserção da FEB no V Exército, que fez com que os soldados brasileiros fossem treinados e equipados com base nos princípios americanos. Apesar das deficiências iniciais, ao longo da campanha o preparo da divisão brasileira tendeu a se equiparar com a média das demais divisões de conscritos do V Exército, tanto em função da experiência adquirida como da instrução incutida em qualquer momento em que as companhias de fuzileiros brasileiras dispusessem de tempo, mesmo na retaguarda imediata da linha de frente²⁹.

Nem Marshall tampouco Spiller levaram em consideração a tipologia e a quantidade de ferimentos causados no inimigo para sustentar ou contestar seus trabalhos. Naturalmente, a coleta de tais dados imediatamente após os combates teria sido extremamente difícil, senão impossível. No entanto, é viável tentar avaliar os ferimentos *sofridos* por tropa amiga para que se alcancem informações sobre as armas mais letais nos campos de batalha da Segunda Guerra Mundial.

De acordo com o cirurgião da FEB José de Oliveira Ramos, durante a campanha foi distinguida a seguinte classificação dos ferimentos pelas regiões atingidas:

- Membros 799
- Poliferidos 321
- Cabeça 204
- Abdômen 41³⁰

Mas há dados mais relevantes para se entender uma possível origem para a persistência da “razão de fogo” de Marshall: ainda segundo Ramos, a classificação dos ferimentos entre os expedicionários segundo os agentes vulnerantes pode ser tipificada pelos seguintes números:

- Estilhaços de granadas e bombas 1.421 – 76,33%
- Balas [*sic*] (metralhadoras e fuzis) 175 – 9,39%
- *Blast* (deslocamento de ar) 163 – 8,75%

28 Uma boa análise da formação das forças no pré-guerra e durante a guerra está em Millet, A.; Murray, W. *Military Effectiveness*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

29 Maximiano, C.C., *Barbudos, Sujos e Fatigados*. São Paulo: Grua, 2010.

30 Ramos, J.O. *A Epopéia dos Apeninos*. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, 1949.

- Minas 81 – 4,35%
- Coronhadas 2 – 0,10%
- Baioneta 1 – 0,05%
- Projéteis secundários 19 – 1,02%
- Total 1.862 – 99,99%³¹

Infelizmente, os dados acima não estão devidamente classificados de acordo com as datas e ocasiões dos enfrentamentos. Eles também não revelam se os ferimentos ocorreram em ações de patrulhas, ataques ou bombardeiros de inquietação. Mas é possível saber, por exemplo, que mais de um quinto das baixas por ferimentos da FEB causadas por ação direta do inimigo ocorreram nos quatro dias do combate de Montese (um total de 382 feridos incluindo acidentados, mais 34 mortos e dez extraviados), enquanto a operação de Fornovo custou ao 6º RI cinco mortos e 50 feridos. O ataque ao Monte Castello efetuado no dia 29 de novembro ceifou 190 homens, entre mortos e feridos, nos dois batalhões da infantaria expedicionária que foram empregados na ação³².

A partir dos números fornecidos por Ramos, conjugados com os dados citados por Mascarenhas de Moraes³³, é admissível que a maior parte dos ferimentos foi causada nas operações ofensivas, como Monte Castello, Montese e o cerco à 148ª Divisão de Infantaria alemã em Collechio e Fornovo. Os dois primeiros combates foram empreendidos por batalhões completos em ataques contra posições fortificadas, e a ação de cerco, por enfrentamentos dependentes de manobra em nível de pelotão e grupo de combate em áreas urbanas. Os cinco mortos brasileiros em Fornovo pertenciam à 2ª Companhia do 6º Regimento de Infantaria, e foram abatidos por fogo de uma metralhadora leve durante um assalto realizado contra o vilarejo de Gaiano. O combate em áreas exíguas delimitadas por casas fazia com que o armamento individual de infantaria tivesse maiores possibilidades de emprego³⁴. Como a FEB tomou parte em poucas ações urbanas antes de abril de 1945, a maior proporção das baixas em combate entre os brasileiros foi sofrida no setor do vale do rio Reno, entre novembro e março de 1945, e no vale do rio Panaro, em abril de 1945. Justamente nestas ações, a infantaria brasileira avançava por campos abertos em áreas montanhosas, sob pouca ou nenhuma proteção,

31 Ramos, J.O., *op. cit.*

32 Mascarenhas de Moraes, *A FEB Pelo Seu Comandante*. Rio de Janeiro: Estabelecimento Gustavo Cordeiro de Farias, 1960, segunda edição.

33 Ramos, J.O., *op. cit.*; Mascarenhas de Moraes, *op. cit.*, 1960.

34 Gonçalves, J., Maximiano, C.C. *Irmãos de Armas*. São Paulo: Códex, 2005.

para tentar desalojar os alemães de suas posições. Nestas ocasiões, os morteiros inimigos foram responsáveis por causar maior número de baixas – a despeito do terrível efeito tanto letal quanto psicológico produzido pelo matraquear da “Lurdinha”, que deixou fortes impressões na memória dos expedicionários.

Os disparos que resultaram na maior quantidade de baixas entre a FEB não foram oriundos de posições que pudessem ser postas fora de combate a poder de tiros de fuzil: provinham de armas instaladas em espaldões e casamatas, muitas vezes situadas em contra-encostas até mesmo fora do campo de visão e ângulo de tiro da infantaria. Tratavam-se de fortificações que só podiam ser postas fora de ação por armas de maior calibre e cadência de tiro, quando não por salvas de contra-bateria.

Portanto, os dados sobre ferimentos interpretados à luz dos números de baixas por operações demonstram que a mais letal arma empregada pelo inimigo consistia dos morteiros leves e médios da infantaria alemã – mesmo os números absolutos de feridos e mortos bastam para tanto. Essa situação era privilegiada pela condição defensiva em que se encontravam os alemães nos dois últimos anos da Segunda Guerra Mundial, colaborando para o alto número de baixas sofrido pelos Aliados e a conseqüente percepção da superlativa capacidade alemã – problema que permeou a análise empreendida por Trevor Dupuy³⁵. Do ponto de vista dos infantes brasileiros que atacaram as posições de Monte Castello e Montese, o armamento mais eficaz, segundo o testemunho de vários veteranos, era representado pelas armas de emprego coletivo, como os fuzis automáticos (a dotação era de apenas três para cada pelotão de fuzileiros de 43 homens), as metralhadoras dos pelotões de petrechos (seis por companhia de 183 homens) e os morteiros de 60mm (nove por companhia)³⁶. Também de importância preponderante para a destruição de fortificações inimigas eram os morteiros de 81mm, e as metralhadoras pesadas de calibre .30 e 50 – todas essas armas estavam contidas na companhias de petrechos pesados que integravam os batalhões de infantaria³⁷. Adicionalmente, poder de fogo mais significativo das divisões de infantaria americanas (ou organizadas à maneira americana, como a 1ª D.I.E.) provinha de recursos externos aos batalhões, como os grupos de artilharia³⁸.

Durante a aproximação com as casamatas e postos de tiro ocupados pelo inimigo, o fuzil de repetição ou semi-automático que configurava o armamento individual do infante era pouco destrutivo, e as armas como o fuzil-metralhadora Browning, os bocais para lançamento de granadas

35 Brown, J.S., *op. cit.*

36 Maximiano, C.C. *Barbudos, Sujos e Fatigados*. São Paulo: Grua, 2010.

37 Conference Course, Training Bulletin no. GT-20. *The Rifle Platoon and Squad in Offensive Combat*. March 15, 1943.

38 Mansoor, *op. cit.*

e os lança-rojões (bazucas) provaram-se mais adequadas para submeter guarnições inimigas à rendição ou à aniquilação³⁹. Apesar da indispensável necessidade do infante para ocupar e consolidar terreno conquistado, o poder de destruição da infantaria não era portado pelo soldado individual, mas pelas armas de emprego coletivo de maior capacidade de fogo: morteiros, lança-rojões, granadas e armas automáticas eram as principais responsáveis por causar baixas entre o inimigo e danificar fortificações, e não o soldado volteador com seu fuzil⁴⁰. Nada disso consiste em grande novidade, embora seja possível que Marshall tenha derivado suas conclusões sobre a ineficácia da infantaria americana baseando-se na observação da pouca relevância do fuzileiro isolado durante o combate. Essa conclusão não pode, entretanto, servir de argumento para corroborar a afirmação de que menos de 25% dos homens disparassem suas armas.

O ponto de virada da discussão é que Marshall utilizou métodos questionáveis para apoiar sua opinião de que o treinamento de infantaria dos EUA precisava ser revisado, embora suas observações estivessem intuitivamente corretas. As porcentagens da razão de fogo de Marshall foram fabricadas pelo autor, que possivelmente associou, de forma espúria, a baixa relevância tática do fuzil Garand e do Springfield à recusa dos soldados em disparar. Seu livro de 1947 foi produzido no início da Guerra Fria, quando a empolgação de parte dos teóricos do poderio militar com as armas atômicas condenava o emprego da infantaria ao anacronismo. Marshall procurava contrapor-se a esta tendência e reafirmar a importância da manutenção de forças convencionais. Ele também pretendia introduzir inovações na tática de infantaria que fossem capazes de reduzir a sensação de isolamento durante o combate, e o argumento da razão de fogo enfatizava o quanto a solidão era nociva ao bom desempenho⁴¹.

Como as conclusões de Marshall foram recebidas com tanta credibilidade, se desde o lançamento de *Homens ou Fogo* pairavam suspeitas sobre a exatidão de sua pesquisa? A resposta é que havia uma parte do Exército Americano que concordava com Marshall e defendia a aplicação de suas sugestões para a reestruturação da doutrina, enquanto outra parcela dos militares considerava-o um farsante, já que suas afirmações contradiziam a experiência de combate compartilhada por centenas de milhares de veteranos. “Por causa do prestígio de Marshall no Exército, e seu comportamento imperioso e autoritário direcionado a quem o contestava, sua teoria da razão de fogo foi tida como pétrea tanto pelo Exército como pelos historiadores militares do futuro”, analisou o historiador John

39 RESUMO DAS OPERAÇÕES da 6ª Cia., no período de 18.II.45 a 28.II.45.

40 Maximiano, *op. cit.*

41 Mansoor, P., *op. cit.*, p. 258.

McManus⁴².

A despeito dessa contestação, inovações introduzidas a partir das críticas de Marshall fizeram com que, no conflito do Vietnam, a razão de fogo – desta vez apropriadamente contabilizada e registrada – aumentasse para 90%. Esse incremento verificado deve ser compreendido em função das características notoriamente diferentes dos combates no sudeste asiático, que além de ações urbanas e ataques a posições fortificadas, por muitas vezes incluía a guerra na selva. O armamento e treinamento renovados também estão relacionados ao maior número de disparos⁴³.

CONCLUSÃO

A discussão envolvendo a eficácia da infantaria americana durante a Segunda Guerra Mundial foi gerada pelo pioneiro livro de S.L.A. Marshall em 1947. Apesar das refutações que a obra sofreu, ela ainda influencia autores importantes, como David Grossman. A experiência da Segunda Guerra Mundial continua sendo válida para o bom entendimento da realidade do campo de batalha moderno, especialmente no que diz respeito à reação do indivíduo ao combate. Várias das explicações contidas em *On Killing* que procuram fundamentar a aversão a matar apóiam-se nas reflexões de Marshall⁴⁴. Ao longo dos anos, alguns dos pontos mais contraditórios já foram solucionados – como o caso da razão de fogo. Os estudos mais recentes demonstraram a dificuldade de se compreender o papel da infantaria com enfoque limitado às pequenas unidades, provando que a abordagem mais adequada abrange o funcionamento da divisão completa em campo. Por vezes, mesmo os estudos críticos como os que procuraram assegurar a superioridade tática do Exército Americano incorreram em generalizações que desconsideravam situações específicas cruciais para o entendimento dos fatores responsáveis pelo superior desempenho em combate.

BIBLIOGRAFIA:

- AMBROSE, S. *Band of Brothers*. Nova Jersey: Touchstone Books, 2001.
- _____. *Cidadãos Soldados*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BROWN, J.S. *Draftee Division*. The 88th Infantry Division in World War II. Novato: Presidio Press, 1998.

42 McManus, J. *The Deadly Brotherhood*. Novato: Presidio Press, 1998, p. 99.

43 Mansoor, P., *op. cit.*

44 Grossman, D. *On Killing*. Boston: Back Bay Books, 1996.

- DOUBLER, M. *Closing With the Enemy*. Lawrence: University Press of Kansas, 1994.
- DUPUY, T.N. *Numbers, Predictions, and War*. Indianapolis: Bobbs-Merrill, 1979.
- ENGLISH, J.; GUDMUNDSSON, B. *On Infantry*. Londres: Praeger, 1994.
- FISHER Jr., E. *Cassino to the Alps*. Washington, D.C.: Center of Military History, United States Army, 1993.
- GONÇALVES, J., MAXIMIANO, C.C. *Irmãos de Armas*. São Paulo: Códex, 2005.
- GROSSMAN, D. *On Killing*. Boston: Back Bay Books, 1996.
- KEEGAN, J. *Uma História da Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- KENNET, L. *G.I.: The American Soldier in WWII*. Norman: Oklahoma University Press, 1997.
- LIDDELL HART, B. *O Outro Lado da Colina*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.
- MANSOOR, P. *The GI Offensive in Europe*. Lawrence: University Press of Kansas, 1994.
- MARSHALL, S.L.A. *Men Against Fire*. Nova York: William Morrow & Co., 1947.
- MASCARENHAS DE MORAES, J.B. *A FEB Pelo Seu Comandante*. Rio de Janeiro: Estabelecimento Gustavo Cordeiro de Farias, 1960, segunda edição.
- MAXIMIANO, C.C. *Barbudos, Sujos e Fatigados*. São Paulo: Grua, 2010.
- MILLETT, A.; MURRAY, W. *Military Effectiveness*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- McMANUS, J. *The Deadly Brotherhood*. Novato: Presidio Press, 1998.
- MURRAY, W.; MILLETT, A. *A War To Be Won*. Cambridge: Belknap Press of the Harvard University Press, 2000.
- OVERY, R. *Why The Allies Won*. Londres: Pimlico, 1995.
- RAMOS, J. O. *A Epopéia dos Apeninos*. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, 1949.
- STOUFFER, S. *et alli. The American Soldier: Adjustment During Army Life*, vol. I. Nova Jersey: Princeton University Press, 1949.
- TOTA, A. P. *Os Americanos*. São Paulo: Contexto, 2009.
- VAN CREVELD, M. *The Culture of War*. Novato: Presidio Press, 2008.
- _____ . *Fighting Power*. Westport: Greenwood Press, 1982.

- WAACK, W. *As Duas Faces da Glória*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- WEIGLEY, R. F. *Eisenhower's Lieutenants*. Bloomington: Indiana University Press, 1990.

Sites:

- NUTTER, T.E. *Mythos revisited: American historians and German fighting power in II*. Disponível em: www.militaryhistoryonline.com/wwii/armies/chapter1.aspx
Último acesso em 25 de abril de 2011.

Manual de campanha:

- Conference Course, Training Bulletin no. GT-20. *The Rifle Platoon and Squad in Offensive Combat*. Fort Benning: March 15, 1943.

Relatório de combate:

- RESUMO DAS OPERAÇÕES da 6ª Cia., no período de 18.II.45 a 28.II.45. Regimento Sampaio. Casa do Expedicionário, Curitiba.

Artigos:

- GRAY, C.S. "Comparative Strategic Culture", in *Parameters, Journal of the US Army War College*. Vol. XIV, no. 4, 1984.
- SPILLER, R. "S.L.A. Marshall and the Ratio of Fire", in *The RUSI Journal*, Winter 1988.

UMA CLÁSSICA (E INCOMPREENSÍVEL) MANOBRADA DE DESBORDAMENTO:
A FEB E O VALE DO RIO SERCCHIO (1944)

Dennison de Oliveira¹

A estréia em combate da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Segunda Guerra Mundial se deu em 15 de setembro de 1944. Nessa fase inicial das operações, o efetivo brasileiro se resumia aos elementos que haviam sido transportados no primeiro escalão de embarque da 1ª. Divisão de Infantaria Expedicionária, e assim permaneceria pelos quarenta e cinco dias seguintes. Tratava-se de um único regimento de infantaria (o 6º. RI) com um único grupo de artilharia e elementos de engenharia, saúde, transmissões, etc. Esta unidade seria então o que os norte-americanos conheciam como um grupo regimental de combate, um Regimental Combat Team (RCT) ou, simplesmente “combat-team”. A esse grupo foi dado o nome de Destacamento FEB e seu comando confiado ao General Zenóbio da Costa.

Coerentemente com as boas normas de inoculação de combate a essa tropa, inexperiente e recém-chegada ao teatro de operações italiano, foram confiadas missões condizentes com sua capacidade. Basicamente, tratava-se de ocupar território e manter contato com os alemães em retirada, rumo ao norte. Embora os efetivos fossem minúsculos (cerca de 3.500 homens), os resultados obtidos com tão diminuta tropa foram substanciais. Em seu livro o Marechal Mascarenhas assim resume o conjunto de operações ofensivas desencadeadas pelo Destacamento FEB próximo e dentro do Vale do Rio Sercchio:

No último dia do mês de outubro, era este o balanço das operações até então realizadas: quarenta quilômetros de progressão; 208 prisioneiros capturados; 290 baixas (13 mortos, 87 feridos, 183 acidentados, 7 extraviados dos quais 6 foram recuperados, finda a guerra); várias cidades liberadas; e a captura de uma fábrica de munições e acessórios para aviões (Fornaci).²

Não foi apenas o comando que avaliou de forma positiva as operações realizadas, primeiro paralelamente e, depois, dentro do Vale do Sercchio. Em seu livro o então tenente Agostinho José Rodrigues do 11 RI descreve a forma pela qual um outro tenente de infantaria, colega seu do 6º. RI,

¹ Professor dos Cursos de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Autor dos livros “Os soldados brasileiros de Hitler” e “Os soldados alemães de Vargas”, ambos lançados pela Editora Juruá de Curitiba, PR, em 2008. E-mail: kursk@matrix.com.br

² MASCARENHAS DE MORAES, J. B. A FEB pelo seu comandante. São Paulo, Instituto Progresso Editorial S.A. 1947. p. 94.

lembra das atividades realizadas pelo Destacamento FEB:

Voce conhece o Vale do Serchio? ... Foi lá, a oeste de Filettole, que entramos em linha no dia quinze de setembro, substituindo o 334º R.I. americano... nos dias seguintes, em operação ofensiva conquistamos as cidades de Massarosa, Pescaglia, Fornace, Camaiole, Borgo a Mozzano, Valpromaro, Bozzano, Orbiciano, San Marino in Fredana, Lopeggia, Montemagno, Fiano, Lombrici, Vado, Pascoso, Casoli, Pomessano, Blogana, Cardoso, Chivizzano, Fabriche, Campolomisi, Diecimo, Piano della Rocca... Em um mês o 6º progrediu vinte e oito quilômetros rumo ao norte, conquistando duzentos e trinta e seis quilômetros quadrados de território inimigo, com mais de cem mil habitantes... É verdade que muitas localidades foram ocupadas sem resistência. Em outras, porém, como Massarosa, Chiesa, Camaiole, Piano della Rocca e Monte Prano, entramos sob bombardeio de artilharia. Fizemos oitenta prisioneiros, contra dois telefonistas nossos capturados por uma patrulha alemã de uns trinta homens. Além de que tomamos intacta uma grande fábrica de munição.³

Existe um sólido consenso entre os testemunhos de época, e mesmo entre os pesquisadores que se debruçaram sobre o assunto, que a oposição ao avanço dos brasileiros nessa fase da campanha residia muito mais nas forças da natureza e na topografia do terreno do que na resistência dos alemães. Quando presente, a resistência alemã se fazia sentir sob a forma de um distante fogo de morteiros e artilharia, além de minas e armadilhas explosivas colocadas nas estradas. As estradas, quando existiam, aliás, eram poucas, de péssima qualidade e invariavelmente destruídas pelos alemães em retirada. As condições climáticas presentes como chuva, garoa e frio também se constituíam em obstáculos ao avanço. É significativo que a maioria das baixas nessa fase fossem constituídas por acidentados, vítimas das miseráveis e desafiantes condições de trânsito nos caminhos que o Destacamento FEB era ordenado a percorrer.

Veja-se a esse respeito a forma pela qual o pesquisador Frank McCann se refere a estes episódios:

Em 15 de setembro, o destacamento entrou em linha junto à Bacia do Rio Serchio, próximo à cidade de veraneio de Viareggio, que domina a planície costeira ocidental, ao norte de Pisa. Os quarenta e cinco dias seguintes foram marcados por avanços rápidos contra pequenas resistências dos alemães, que retraíam para as posições preparadas na Linha Gótica, mais ao norte... Os alemães inquietavam o avanço dos brasileiros com fogos de morteiro e artilharia, mas os contatos reais eram poucos. Quando efetivamente ocorriam, por exemplo, em Monte Prano (23-26 de setembro), os brasileiros conseguiam tomar as posições do inimigo somente depois do retraimento dos alemães. Na verdade, durante o comando de Zenóbio, pontes

³ RODRIGUES, Agostinho José. Segundo Pelotão – oitava companhia. São Paulo, Editora das Américas S.A. 1969. pp. 65-66.

destruídas, chuva e lama eram, para o destacamento, obstáculos maiores que o exército alemão”.⁴

O reduzido número de baixas, o tamanho da área libertada e a rapidez do avanço ajudaram a criar na memória dos contemporâneos sobre a FEB uma noção extremamente positiva da campanha no Vale do Rio Sercchio. A positividade com que essa fase da campanha é lembrada foi ainda mais acentuada pela comparação com as frustrações acumuladas nos sucessivos ataques ao Monte Castelo. Paradoxalmente, a transferência da 1ª. DIE – agora com seus efetivos completos – para o centro da linha de frente italiana, correspondeu às crescentes angústias e decepções com o rumo das operações. É o que se nota, por exemplo, nesse diálogo travado entre o Chefe do Estado Maior da FEB com o Presidente da República:

Ouvi do Ministro da Guerra – disse Getúlio (Vargas ao Chefe do Estado Maior da FEB, Coronel Lima Brayner em conversa no Palácio do Catete, RJ. 25/01/1945) um fiel relato sobre os primeiros passos da FEB, suas dificuldades, suas aflições iniciais. E depois, uma série de sucessos, recebidos pelo povo com o maior agrado. Os louvores do Destacamento Zenóbio, particularmente, muito me satisfizeram, porque eram uma confirmação do renome do bravo comandante, já consagrado nas lutas internas. Entretanto, de um certo tempo para cá, justamente depois que os efetivos engrossaram com a remessa de outras tropas para a Itália, as coisas parece que degeneraram. Falam desse combates de Monte Castelo como de verdadeiros massacres. Acho tudo isso muito estranho. Onde está a verdade, Coronel?⁵

A partir da consulta à literatura disponível sobre os vários eventos relacionados ao Vale do Sercchio é possível se perceber a existência de um relativo consenso sobre as principais componentes do período: um grupo regimental de combate entra em ação (15/09/1944) e persegue os alemães em retirada durante dezenas de quilômetros. Isso perdura até se encontrar as fortificações da Linha Gótica nas proximidades de Castelnuovo de Garfagnana, quando sofrem um grande contra-ataque alemão (31/10/1944). Imediatamente a seguir o Destacamento FEB se reúne com o restante da Divisão recém-chegada do Brasil no Vale do Reno, próximo da cidade de Bologna (31/10 – 9/11/1944). Começa aí uma nova fase da campanha, no front do Monte Castelo.

O estabelecimento das verdadeiras razões do relativo e limitado revés do Destacamento FEB em Castelnuovo de Garfagnana são, desde então, objeto de intenso e amargo debate. Mas os eventos

⁴ MCCANN JR, Frank D. A aliança Brasil-Estados Unidos (1937-45). Rio de Janeiro, Bibliex, 1995. pp. 325-326.

⁵ LIMA BRAYNER, Floriano de. A verdade sobre a FEB: memórias de um chefe de Estado-Maior na Campanha da Itália (1943-45). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, pp. 317-318.

que o antecedem não o são. Autores de orientações e perspectivas muito diferentes concordam, no essencial, nas descrições que fazem dos eventos decorridos desde a entrada dos brasileiros em linha em setembro de 1944 até a última semana de outubro daquele ano.

Recentes descobertas arqueológicas e pesquisas históricas em fontes inéditas realizadas no Vale do Rio Serchio tem colocado em cheque até mesmo esse consenso. Cabe examinar aqui as descobertas publicadas pelo Comitato Linea Gotica sobre aquele importante conjunto de fortificações, por um lado e, por outro, da relação destes com a campanha da FEB no Vale do Rio Serchio.

O Comitato Recupero e Valorizzazione della Linea Gotica tem sede na Comuna de Borgo a Mozzano, Província de Lucca, às margens do Rio Serchio. É composto pela própria Comuna de Borgo a Mozzano, Fondazione Cassa di Risparmio di Lucca e numerosos voluntários. Seu objetivo tem sido desde 2005 recuperar, pesquisar e abrir à visitação pública o conjunto de fortificações alemãs da época da Segunda Guerra Mundial construídas no Vale do Rio Serchio e arredores. No processo, extensas pesquisas com base em fontes orais, de imprensa, imagísticas, etc. foram realizadas, tanto no intuito de se entender a natureza das construções que estavam sendo desenterradas e reabertas, quanto no sentido de orientar a reconstrução e restauração das fortificações. O resultado foi alcançado em 2008, com a reabertura oficial das fortificações à visitação pública. Desde então, tais locais tem também se prestado a diferentes usos e finalidades culturais e sociais.⁶

Nosso interesse aqui é descrever as descobertas realizadas pelo Comitato Linea Gotica, no que se refere à natureza e extensão da Linha Gótica no Vale do Rio Serchio e, em seguida, interpretar a relação destas descobertas com a História da FEB na região. Nesse esforço, nos deteremos em examinar os resultados das escavações do terreno, os fatos relacionados à história da construção das fortificações e seu repentino abandono e, finalmente, a estreita relação que a trajetória histórica da FEB naquele terreno guarda com essas descobertas.

Vamos começar citando um primeiro conjunto de informações publicadas sobre a extensão das defesas alemãs no Vale do Rio Serchio. As fortificações, campos minados, barreiras anti-tanques, túneis e complexos subterrâneos, postos de comando e vigilância, sedes da Organização Todt, campos de prisioneiros, etc. se concentravam no vale do rio propriamente dito, bem como nas elevações

⁶ Agradeço ao Sr. Piergiorgio Pieroni do Comitato Recupero e Valorizzazione della Linea Gotica da Comuna de Borgo a Mozzano as informações e explicações minuciosas prestadas durante a visita técnica ao projeto, realizada em maio/2010. Agradeço também ao amigo Mário Pereira, administrador do Monumento Votivo Brasileiro em Pistoia, por ter se empenhado pessoalmente em nos fazer conhecer o Comitato Recupero e Valorizzazione della Linea Gotica, dentre tantos outros locais de interesse para nossas pesquisas sobre a FEB.

circundantes. Tais elevações alcançavam altitudes situadas entre as do Monte del'Eito, com 335 metros e Monte Bargiglio, com 886 metros, e dominam inteiramente o vale do rio. O vale em si é incrivelmente estreito, mesmo para os padrões dos Apeninos italianos. Em alguns trechos o rio, que é bastante raso, tem apenas algumas dezenas de metros de largura, apresentando extensas margens secas de pedras. A largura média do vale varia entre poucas centenas de metros.

As defesas começam em Monte Castelaccio d'Aquilea e seguem rumo ao norte na forma de quatro enormes campos minados, dois sobre estradas de acesso à rodovia SP2, que segue paralela ao rio no fundo do vale, e dois consecutivos e em margens alternadas no leito do rio na localidade de San Martino in Greppo. Seguindo adiante rumo ao norte encontrava-se uma barreira anti-carro, na forma de obstáculos de concreto armado. Na mesma localidade, conhecida como Diecimo havia outros dois grandes campos minados, igualmente consecutivos e em margens alternadas de um riacho vizinho, tributário do Rio Sercchio, que corre na sua transversal.

Seguindo adiante no leito do rio, havia outros três campos grandes minados no leito do rio – sempre do mesmo padrão – na localidade de Polla del Fico. Ainda rumo ao norte, ao longo do leito do rio e seguindo a rodovia, em frente a povoação de Anchiano se encontra até hoje a mais impressionante das obras de defesa da Linha Gótica no Vale do Rio Sercchio: um imenso e maciço muro anti-carro de concreto armado, com não menos de dois metros e meio de altura e largura. O muro atravessa todo o vale do rio de margem a margem e, na estação seca, é inteiramente visível. Todo trajeto aqui descrito tem como característica comum a presença de postos de observação e defesa (anti-carro e anti-aérea) nos picos e nas encostas dos morros que dominam o Vale do Rio Sercchio. Entre as áreas montanhosas dúzias de túneis de ligação foram construídos. A poucas centenas de metros dali se encontra a cidade de Borgo a Mozzano, onde as defesas da Linha Gótica subitamente acabam. Elas só serão retomadas depois de mais de vinte quilômetros em linha reta para o norte, na localidade de Castelnuovo de Garfagnana.⁷

A história da construção da Linha Gótica é bem conhecida. Este conjunto de fortificações se estendia do Mar Tirreno ao Adriático, cobrindo 320 Km de extensão. O planejamento e execução das obras de construção estava a cargo da Organização Todt, uma entidade criada pelo governo nazista especificamente para viabilizar projetos de obras públicas, principalmente de interesse militar. No

⁷ Todas descrições aqui contidas sobre as fortificações da Linha Gótica nesse trecho foram obtidas durante visita técnica realizada ao local em maio/2010, tanto através de observação direta e visita as posições defensivas, quanto através de documentos e informações pesquisados pelo Comitato Linea Gotica já citado. Algumas informações foram atualizadas através de e-mails trocados recentemente com o Sr. Piergiorgio Pieroni, pelo que lhe sou grato.

caso em exame foram empregados cerca de quinze mil civis italianos, muitos dos quais obrigados a regimes de trabalhos forçados. A maioria recebia algum pagamento, embora coagidos a trabalhar ali pela total ausência de alternativas econômicas. As obras se iniciaram em setembro de 1943 e duraram até setembro de 1944.

O objetivo dessas fortificações era barrar o acesso dos Aliados, sucessivamente, ao Passo de Garfagnana, ao Vale Lima e, finalmente, ao Passo de Abetone. Pela natureza e extensão das defesas, o caráter formidável e maciço das obras realizadas, fica clara a intenção dos alemães em transformar o local em uma posição de tomada tão custosa para os Aliados como foi a de Monte Casino. Contudo, tais obras jamais foram usadas pelos alemães em combate. Subitamente, em fins de setembro de 1944, as guarnições da Linha Gótica neste trecho receberam ordens de abandonar totalmente as posições recém-construídas e recuar quinze quilômetros em direção à sua retaguarda, rumo ao norte.

Aqui é oportuno notar que a literatura disponível sobre o itinerário do Destacamento FEB na segunda quinzena de setembro de 1944 não faz menção a qualquer dessas fortificações que, seguindo o vale do Rio Serchio a partir de Lucca rumo ao norte, chega até Borgo a Mozzano. E nem poderia. Afinal, os brasileiros só entraram no Vale do Rio Serchio depois de atingirem a localidade de Borgo a Mozzano, e não antes.

De fato, o itinerário dos brasileiros se inicia em Filetole, última área de concentração da FEB antes de entrar em combate. Essa localidade fica, grosso modo, a meio caminho entre Lucca e o Mar Tirreno. Seguindo-se rumo ao norte, a partir daí – como fizeram os brasileiros – se tem um trajeto que é paralelo ao curso do Rio Serchio. De fato, o rio dista, em média, 30 a 35 Km do Tirreno. Mas as localidades percorridas pelos brasileiros entre as datas de 15 e 26 de setembro (Massarossa, Camaiole, Monte Acuto, Monte Prano, etc.) ficam muito mais próximas ao mar (10 a 15 Km). Subitamente, em 27 de setembro, aos brasileiros é ordenado que abandonem a trajetória mais ou menos paralela ao curso do Rio Serchio que vinham adotando e se dirijam a Borgo a Mozzano, chegando lá no dia 29 daquele mês.

A partir daí os brasileiros seguem o curso do Rio Serchio, num trecho inteiramente desprovido de quaisquer organizações defensivas, e aproveitando-se da rodovia SP-2. Rapidamente se sucedem as cidades libertadas ao longo do Vale do Rio Serchio no mês de outubro de 1944: Fornaci (dia 6), Cardoso (7), Barga e Gallicano (11), Sommocolonia (24) sendo finalmente barrados por um perigoso contra-ataque alemão nos acessos a Castelnuovo de Garfagnana (31).

Aspecto comum a todas narrativas sobre a campanha brasileira no Vale do Rio Serchio é a total falta de preocupação com a natureza e o teor das ordens recebidas pela FEB. Aos brasileiros é ordenado pelo IV Corpo de Exército dos EUA ao qual estávamos subordinados, que sigam este ou aquele caminho, que atinjam esta ou aquela localidade, mas jamais quaisquer narrativas nos explicam porque foram emitidas ordens nesse sentido. Também pudera: além de ser naquele momento pouco mais do que um regimento, a FEB jamais contou – nesse ou em qualquer estágio da sua história – com um oficial de ligação junto ao IV Corpo de Exército, mantendo-se mais ou menos na ignorância do emprego que o exército dos EUA pretendia fazer de suas tropas.

No caso em questão o emprego não poderia ter sido mais feliz. Sabedores com antecedência da localização e meios empregados pelos alemães neste trecho da Linha Gótica o comando norte-americano ordenou aos brasileiros que seguissem um curso paralelo ao Rio Serchio no trecho onde se encontravam as fortificações; e convergissem para o vale do rio, no trecho onde elas inexistiam. Podia-se, finalmente, fazer uso da rodovia SP-2 que corre paralela ao leito do Serchio, aumentando a velocidade do avanço. Essa foi uma das causas do repentino e indesejado abandono por parte dos alemães, tanto das fortificações que haviam recentemente desenvolvido ao sul de Borgo a Mozzano, quanto de cidades e instalações importantes ao norte dali, como a fábrica de munição de Catarozzo em Fornaci, que também fabricava materia aeronáutico. É significativo que os alemães tenham tentado um frustrado e inexpressivo contra-ataque aos brasileiros nessa ocasião. Provavelmente tentavam tardiamente destruir as instalações que haviam abandonado intactas aos brasileiros na pressa de se retirarem.

Posto nestes termos, a trajetória do Destacamento FEB nas cercanias e no interior do Vale do Rio Serchio aparece como um exemplo clássico de manobra de desbordamento. Ao invés de se investir contra posições inimigas preparadas, tenta-se o flanqueio, seguindo-se por um setor menos defendido, ao largo das áreas onde existem defesas organizadas, saindo-se em sua retaguarda. Face à uma manobra bem sucedida deste tipo, não cabe ao inimigo senão retirar-se – ou aceitar ver suas comunicações e abastecimentos vindos da retaguarda serem inteiramente cortados. Enfim, cerco ou retirada são as alternativas que se impoem aos defensores flanqueados por uma força atacante que se infiltra com êxito a partir de áreas pouco ou mal defendidas.⁸

Se ao Destacamento FEB fosse ordenado que seguisse pelo curso do Rio Serchio desde

⁸ A esse respeito ver, dentre outros: LIDELL HART, B. As grandes guerras da história. São Paulo, IBRASA, 1978.

o início da campanha, partindo de Lucca, por exemplo, inteiramente diferente seria o desfecho da campanha. Fortificações sólidas e bem camufladas, habilmente ocultas por terem sido recobertas com cimento mimetizado, capazes de abrigar canhões anti-aéreos e anti-tanques, além de uma profusão de metralhadoras, cujos acessos tinham sido extensamente minados, estariam aguardando os brasileiros. Muito provavelmente iria se repetir ali o impasse usualmente associado ao Vale do Rio Lirii, ao sul de Roma quando, no início daquele mesmo ano, os alemães foram capazes de resistir às forças muito superiores dos Aliados nas sucessivas batalhas de Monte Casino.⁹

Um outro conjunto de pesquisas desenvolvidas pelo Comitato Linea Gotica diz respeito à forma pela qual as informações relativas às defesas da Linha Gótica foram passadas aos Aliados. Mas esse é um tema que, pela sua amplitude e complexidade, demandaria outro texto para ser adequadamente exposto. De qualquer forma, parece claro que iniciativas como essa, intensamente dedicadas à pesquisa arqueológica e histórica nos antigos trechos da Linha Gótica por toda Itália, ainda tem muitas luzes a lançar sobre nosso conhecimento a respeito da trajetória da Força Expedicionária Brasileira naquele país. A história da medicina tropical nos mantém em contato com uma diversidade enorme de temas de caráter multidisciplinar para pesquisas e estudos. A fase de expansão imperialista desenvolveu um importante papel no desenvolvimento do que conhecemos hoje como “Medicina Tropical”. O contato com a população local e com a realidade de territórios que ainda não haviam sido desbravados colocou em risco boa parte do contingente de homens que se aventuravam por eles. Sendo assim, nosso foco estará voltado para esta experiência e para um tipo de resposta à alta mortalidade dado pelos médicos europeus e norte-americanos.

⁹ MANSOOR, Peter R. *The G.I. offensive in Europe: the triumph of american infantry divisions, 1941-1945*. Kansas, University of Kansas Press, 2001, especialmente o capítulo cinco “The long road to Germany: the italian campaign, 1943-44”, pp. 111-132. Ver também: MORRIS, E. *Circles of hell: the war in Italy (1943-45)*. New York, Crown Publishers, 1993.

ASPECTOS DA HIGIENE MILITAR E SUAS “ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA”

Rachel Motta Cardoso¹

A história da medicina tropical nos mantém em contato com uma diversidade enorme de temas de caráter multidisciplinar para pesquisas e estudos. A fase de expansão imperialista desenvolveu um importante papel no desenvolvimento do que conhecemos hoje como “Medicina Tropical”. O contato com a população local e com a realidade de territórios que ainda não haviam sido desbravados colocou em risco boa parte do contingente de homens que se aventuravam por eles. Sendo assim, nosso foco estará voltado para esta experiência e para um tipo de resposta à alta mortalidade dado pelos médicos europeus e norte-americanos.

A medicina ocidental, em seu processo de transmissão, atuou tanto como uma atividade cultural quanto como uma forma de propagação do Ocidente. A “história médica” sempre esteve relacionada, ou melhor, habitou por muito tempo a história da doença. Este processo “despolitizou” os efeitos, levando a abordagens que apenas consideravam os problemas de saúde e as respectivas soluções técnicas, abandonando o viés político e cultural da questão. Esta cultura comum era sustentada pela imagem da ciência como um agente do progresso e a medicina científica como sua serva.²

Desta forma, nos deparamos com a construção do termo tropicalidade. Em um primeiro momento a natureza nos trópicos era idealizada e transmitia a noção do Éden, do paraíso. Em meados do século XVIII as representações negativas dos trópicos se tornam um lugar comum e passam a apresentar um lado bem menos atraente: o dos fenômenos naturais e das doenças específicas. Com a ocupação e com o processo de interiorização dos trópicos – já que a presença europeia se dava somente na região costeira – há uma mudança fundamental da visão e da realidade vivida naquela região. Ela deixa de ser aquela idealizada – o Éden – e passa a ser a que está relacionada às dificuldades encontradas ali. Sendo assim, o uso do termo tropical passa a ser empregado no sentido negativo, já que “trópico” implicava um meio hostil ao ser humano. Contudo, não devemos nos prender somente ao processo de interiorização. Ele não é condição suficiente para explicar a mudança da visão sobre o trópico. Isto porque devemos entender a perspectiva econômica, a formação das sociedades científicas

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde (PPGHCS) da Casade Oswaldo Cruz/FIOCRUZ. Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS) da UFRJ.

² McLEOD, Roy. “Introduction”. In: McLEOD, Roy & LEWIS, Milton (eds.). *Disease and Empire. Perspectives on Western medicine and the experience of European expansion*. London, Routledge, 1988, cf. pp.1-3.

e os aparatos de conhecimentos que estavam presentes à época. Portanto, a construção do conceito de tropicalidade esteve fortemente identificada com uma produção teórica europeia a partir do XIX.³

O trópico, aqui, deve ser entendido enquanto um espaço conceitual e não apenas físico. Como afirmamos acima – desprendendo um pouco a história da medicina com a história das doenças –, o aspecto cultural não deve ser deixado de lado. A natureza, segundo David Arnold, “ditava cultura”. Os trópicos representavam o que era diferente do território europeu, a natureza que ainda não havia sido domada como os bosques do clima temperado. Sendo assim, entendemos os trópicos como expressão que define algo culturalmente diferente da Europa (e também dos Estados Unidos mais adiante), só existindo como uma justaposição mental a algo mais: terras temperadas.⁴

Nada distante deste pensamento está o surgimento do termo medicina tropical, que serviu para comemorar a noção crescente do domínio europeu sobre os trópicos e seus habitantes. Isto porque os trópicos também eram identificados com a população local de uma determinada região.⁵

Com a “interiorização” do europeu nos trópicos notamos uma grande preocupação com a saúde das tropas e de outros indivíduos enviados para desbravarem o “novo” território.⁶ Este tema é trabalhado por Mark Harrison em seu *Climates & Constitutions*, em que questões relativas à saúde, à raça e ao meio ambiente são centrais em seu texto. A introdução deste livro está voltada para a apresentação da estranheza dos britânicos na Índia. Baseado em fontes do XVII ao XIX, Harrison centraliza a sua análise nos pontos destacados anteriormente. Segundo o autor, os britânicos vêm no clima um fator determinante para a superioridade de uma raça em relação à outra. Isto explicaria o porquê dos indianos serem submissos e os europeus do norte uma raça dinâmica; tudo isto devido ao clima.

Philip Curtin também trabalha com o expansionismo europeu em seu *Disease and Empire*. O pano de fundo para a sua pesquisa é a saúde das tropas europeias na conquista da África. A mesma preocupação, ou seja, o do estudo da saúde das tropas e de estratégias adotadas pelos médicos é encontrado em *Colonial Pathologies*, de Warwick Anderson. Enquanto no primeiro a análise gira em torno das tropas europeias, em Anderson seu universo de estudos se volta para a medicina tropical

3 ARNOLD, David. “Inventing tropicallity”. In: _____. *The problem of nature: environment, culture and European expansion*. Blackwell Publishers, Oxford/Cambridge, 1996, pp.141-168.

4 Idem, p. 142.

5 Idem, pp. 150-153.

6 Novo na medida em que as tropas europeias adentravam por boa parte do território que antes era apenas conhecido em sua zona costeira, em seu litoral. Ver: HARRISON, Mark. “Health, Race, Environment and British Imperialism”. In: _____. *Climates and Constitutions: Health, Race, Environment and British Imperialism in India*. Oxford: Oxford University Press, 1999, pp. 1-24.

americana nas Filipinas. Este autor nos leva a uma questão muito interessante: a importância da higiene militar para as políticas reguladoras adotadas pelos norte-americanos em território filipino. Tema muito caro para nossa pesquisa.

Deste modo nossa proposta de trabalho está voltada para uma discussão relativa às vivências das tropas em terreno tropical e as estratégias encontradas a partir das observações dos médicos militares que vivenciaram aquela realidade. A higiene militar será uma destas “estratégias de sobrevivência” em território desconhecido e hostil.

A VIVÊNCIA NOS TRÓPICOS

O expansionismo britânico será trabalhado a partir de sua experiência no território britânico da Índia e na sua interiorização do continente africano. A vivência na Índia foi importante na medida em que representava a importância da noção de que o clima produzia efeitos nos corpos de europeus e indianos. Nesta perspectiva, o trabalho de Mark Harrison⁷ procura entender por que os europeus passaram a considerar o clima como uma restrição sobre as ambições imperiais – lembrando que a presença europeia estava confinada no litoral até meados do XVII.

Uma grande preocupação dos europeus dizia respeito ao conhecimento dos territórios pelos quais desejavam aventurar-se. A falta de desejo de se fixar permanentemente na Índia pode ser entendida como a presença de poucos estudos sobre ares, águas e ambientes locais. Isto porque naquele momento a medicina europeia vivia sob o paradigma dos “miasmas”. Eram eles os responsáveis pela propagação de doenças e isto se dava em função da qualidade do ar e da proximidade de terrenos úmidos, pantanosos ou algo que se assemelhasse a estes aspectos. Com o domínio britânico sendo ameaçado pelos países do sul da Ásia, os britânicos se vêem obrigados a expandirem seus territórios. Assim, a expansão territorial leva ao surgimento de um interesse no meio-ambiente do território indiano: médicos, historiadores, naturalistas, dentre outros, começam a se questionar sobre a melhor localização para que os europeus pudessem estender seus domínios e facilitarem o processo de aclimação.⁸

A aclimação e a raça eram aspectos de grande importância para a medicina colonial. O estudo da aclimação esteve relacionado com uma tentativa de médicos chegarem a uma solução

⁷ HARRISON, W. Op. cit.

⁸ Idem, p.5.

para o “enigma médico do imperialismo” que existiu durante os séculos XIX e início do XX.⁹ Tal enigma dizia respeito ao fato de não haver um lugar para o homem branco e, ao mesmo tempo, a existência de um único lugar em que ele pudesse ter domínio sobre o homem e a natureza: os trópicos. Disto, originou o estudo da aclimatização, fruto de uma potente mistura de teoria racial, patologia geográfica e política global. Segundo Anderson, foi esta investigação médica que ao interagir constituição racial e meio ambiente estruturou a doutrina administrativa colonial de todos os poderes europeus.¹⁰ Contudo, sempre foi uma questão muito debatida, já que mesmo no XIX discutia-se se a aclimatação nunca poderia ser mais do que superficial.¹¹

Antes de 1860 a presença europeia na África Ocidental estava limitada ao oeste daquele continente. Os franceses tinham postos existentes naquela região e que se encontravam na foz dos rios. No caso britânico, os fortes eram os estabelecimentos mais substanciais no oeste da África, embora também houvesse postos. No início da década de oitenta do XVIII, a atenção foi voltada para novas possibilidades para a atividade imperial. Algumas correntes defendiam que o tráfico de escravos era algo ineficiente e qual a razão de levar trabalho para a América se havia terra fértil e disponível em território africano? A perda das colônias americanas deveria ter restabelecido o seu equilíbrio.¹²

O caminho seria aquele traçado pelas correntes humanitárias que acreditavam que novas colônias na África ajudariam os colonos europeus a criarem uma nova sociedade e reparar os erros cometidos com o tráfico de escravos. Para este fim, foi fundado Serra Leoa (1787), que se tornou um local de fixação para afro-americanos que lutaram ao lado dos britânicos na revolução dos Estados Unidos. Era apenas o início dos problemas dos colonos.

Nos primeiros anos de colonização da região, registros publicavam a morte de quarenta e seis por cento de colonos brancos. Nos anos seguintes os números não sofreram queda. Entre 1792-1793, quarenta e nove por cento era a taxa de mortalidade no primeiro ano dos colonizadores da “Companhia Serra Leoa”. Mais de dez anos depois — 1804-1825 — a Igreja Sociedade Missionária perdeu cinquenta e quatro dos oitenta e nove europeus enviados para a África Ocidental. Dentre os militares, as taxas não eram diferentes. Entre 1819 e 1836, a mortalidade da tropa em Serra Leoa

9 ANDERSON, Warwick. “Introduction”, “American Military Medicine faces West”. Colonial Pathologies. American Tropical Medicine, Race and Hygiene in the Philippines. Durham/London: Duke University Press, 2006, pp. 1-44.

10 Ídem, p. 63..

11 HARRISON, M. (1999), op cit., cf.p.18.

12 CURTIN, Philip D. “The West African Disease and background”. In: _____. Disease and Empire. The health of European troops in the conquest of Africa. Cambridge University Press, 1998, pp. 1-28.

apresentava altos índices. Apontadores estes que podem ser explicados pela falta de um padrão de imunidade adquirido na infância e relacionado àquele ambiente específico da África Ocidental. Sendo assim, Curtin sugere três grupos de doenças responsáveis pelo alto índice de mortalidade: malária, febre amarela e infecções gastrointestinais. Reunidas, elas eram responsáveis por noventa e quatro por cento de todas as mortes entre os europeus na África Ocidental.¹³

Mesmo com estes números, por que tantos governos europeus e empresas europeias desejavam arriscar a vida de servos e soldados? Por que as pessoas se voluntariavam para colocar em risco suas vidas na África? Segundo Philip Curtin,

A resposta provável é uma combinação de ignorância, coerção e condições de vida na Europa que parecia ser intolerável. A maioria dos soldados europeus que guarneciam as fortalezas do comércio de escravos foi recrutada, permitindo-lhes substituir o serviço na África pela punição na Grã-Bretanha.¹⁴

Movidos por estes altos índices de mortalidade, o governo britânico designou uma Comissão Real que deveria descrever a situação na região de Serra Leoa. O relatório afirmava que não havia relação entre o alto índice de mortalidade e a má conduta higiênica por parte dos indivíduos. Além do fato de que as melhorias encontradas, no que diz respeito ao saneamento daquela área, também não surtiram efeito. Mas uma observação feita neste relatório alerta para o fato de que os negros não eram imunes às febres que atacavam os europeus, como se suspeitava na época. Os comissários chamaram atenção para o alto índice de mortalidade dos negros pobres oriundos da Inglaterra. A taxa de mortalidade apresentada por esse grupo era de trinta e nove por cento durante o primeiro ano. Dado não muito díspare dos brancos, que apresentavam, para o mesmo período quarenta e seis por cento.¹⁵ Na época não foi possível explicar a razão para estes números, mas hoje sabemos que a população local era praticamente imune em função do desenvolvimento das doenças daquela região na infância.

Por fim, diante de tão altas taxas de mortalidade um dos caminhos era deixar a região. Em 1830 verificou-se uma retirada de europeus e uma mudança na composição das tropas. Agora, tanto o exército francês quanto o britânico possuíam em seus quadros soldados africanos. Isto como resultado de uma prática estabelecida há muito tempo: a compra de “escravos da fortaleza”, isto é, escravos que

13 Idem.

14 Id., p.12.

“The probable answer is a combination of ignorance, coercion, and conditions of life in Europe that seemed to be intolerable. Most of the European soldiers who manned the slave-trade forts were recruited by allowing them to substitute service in Africa for punishment in Britain.”

15 Id., p.15.

não possuíam ligação com a população local, não devendo qualquer tipo de lealdade a ela.

A HIGIENE MILITAR COMO ESTRATÉGIA

No ano de 1918 foi publicado um manual para médicos oficiais. Escrito pelo médico e tenente-coronel Frank T. Woodbury e pelo coronel Jas S. Moss, da infantaria, esta obra visava servir de guia para as tarefas dos oficiais médicos do Exército dos Estados Unidos. É nele que encontramos a melhor definição de higiene militar a ser dada aqui:

“Higiene militar é a ciência do cuidado das tropas, e lida com regras de saúde, as causas das deficiências, e os seus métodos preventivos, a fim de que as forças de combate não sofram nenhuma diminuição na força por doenças evitáveis. É uma parte do serviço de segurança e informação”.¹⁶

Enquanto as experiências britânica e francesa na África Ocidental resultaram em retirada, o mesmo não podemos afirmar da presença dos Estados Unidos nas Filipinas no final do XIX até 1946. Ainda que em momentos históricos diferentes e em circunstâncias igualmente díspares, os norte-americanos permaneceram no arquipélago e desenvolveram uma eficiente estratégia de sobrevivência de suas tropas: a higiene militar.

Porém, para Warwick Anderson — que tem como hipótese de sua obra as continuidades entre o processo de civilização pós-colonial e os projetos de desenvolvimento internacional —, a ação destes indivíduos estava diretamente motivada por uma idéia: purificação. Esta idéia não nos limita à purificação apenas de lugares, água e comida. Os norte-americanos também propunham a purificação dos corpos e da conduta dos filipinos. Sendo assim, podemos resumir em duas noções básicas a presença dos Estados Unidos naquela região: *purificar e transformar*. Para colocá-las em ação, era necessária uma *reforma higiênica* — intrínseca ao processo civilizatório e que tinha nas Filipinas o seu “Laboratório de Modernidade Higiênica”.¹⁷ Esta reforma higiênica seguiu uma lógica militar colonial.

Os Estados Unidos adquiriram as Filipinas pelo Tratado de Paris (1898) — que colocava um fim à guerra hispano-americana — e a mantiveram sob seu domínio por quarenta e oito anos. Porém,

¹⁶ Livre tradução do trecho original:

“*Military hygiene is the science of the care of the troops, and deals with the laws of health, the causes of disability, and the methods preventing them, to the end that the fighting forces shall suffer no depletion in strength from avoidable diseases. It is a part of the service of security and information*” (p. 147).

MOSS, Jas A. & WOODBURY, Frank T. Manual for Medical Officers. Being a Guide to the Duties of Army Medical Officers. Menasha, Winsconsin: The Collegiate Press. George Banta Publishing Company, 1918.

¹⁷ ANDERSON, W. (2006), cf.p.1-3.

estiveram em conflito entre 1898 e 1902. As tropas filipinas utilizavam táticas de guerrilha para combater o exército norte-americano. As exigências oriundas deste tipo de conflito remodelaram o conhecimento dos oficiais médicos americanos, no que diz respeito ao risco e à contaminação. Deste modo, criaram novos métodos de controle de doenças tropicais e de gerenciamento da população.

No início do confronto o papel do cirurgião militar foi de fundamental importância no controle da propagação de doenças. Além de exercer suas funções específicas, o cirurgião-militar era também um inspetor sanitário. Isto porque na era moderna era ele o responsável pelo bem-estar da tropa.

No que diz respeito aos agentes de saúde colonial, a maioria era oriunda das escolas médico-científicas das maiores universidades do leste. Muitos destes agentes foram transferidos diretamente dos serviços civis de saúde para o departamento médico militar. Segundo Anderson, “Eles tenderam a se ver como progressivos e representantes pragmáticos da moderna ciência americana”.¹⁸ Já nas Filipinas, era tarefa dos oficiais-médicos prevenir e tratar de doenças e da degeneração oriundas das condições climáticas daquela região. Além disso, o cirurgião militar era um pesquisador da natureza com o objetivo de cuidar da tropa. Ao dominar assuntos relativos às mudanças climáticas o oficial médico deveria entender o que elas representavam para a saúde de sua tropa, quais as implicações destas mudanças no corpo de seus comandados. Portanto, podemos afirmar que a medicina militar nas Filipinas, procurou proteger a “raça estrangeira” de circunstâncias estranhas e maus hábitos.

Naquele momento, a grande questão que se colocava era a possibilidade de degeneração da raça branca em função das condições climáticas. As obrigações sanitárias, segundo Anderson, “asseguravam que os oficiais médicos também tentariam reestruturar e assegurar as fronteiras da masculinidade nos trópicos coloniais para determinar como preservar o vigor e bons costumes do anglo-saxão em uma região hostil”.¹⁹ Desta forma, o cuidado e a disciplinarização das tropas brancas poderiam servir como teste sobre como gerenciar os colonos e como disciplinar os nativos.

Como vimos anteriormente, os médicos americanos se auto-proclamavam representantes da modernidade, do progressivismo e do zelo científico. No departamento médico do Exército, o microscópio era visto como um emblema do novo médico e uma das ferramentas mais importantes

¹⁸ Id., p.7, 22.

¹⁹ Id., p.17.

“... sanitary duties ensured that medical officers would also strive to restructure and secure the boundaries of White masculinity in the colonial tropics, to determine how to preserve Anglo-Saxon virility and morality in a hostile region, a place bristling with physical, microbial, and native foes”.

para seu trabalho de campo. Daí dizermos que a transformação intelectual e profissional da medicina militar, tanto em aspectos terapêuticos quanto profiláticos. O novo oficial-médico combinava as obrigações clínicas com as tarefas administrativas.

Assim como os britânicos proferiam suas idéias correspondentes aos miasmas presentes nos trópicos – não exclusivamente –, os oficiais do exército americano também demonstravam a mesma preocupação. A ciência sanitária do oficial militar era amplamente atribuída ao conhecimento de marcos geográficos das doenças. Segundo J. J. Lane Notter, especialista na época de higiene militar, as doenças só poderiam florescer dentro de certos limites geográficos.²⁰ As condições do ar e do solo e as suas implicações na saúde da tropa eram medidas para a escolha de um acampamento saudável.

Além da preocupação com o meio, cabia ao oficial médico atentar para as condições de vida do militar. Cirurgiões militares defendiam que, quando a matéria-prima do exército era fraca, disciplina e treinamento físico poderiam transformar aquilo em bons soldados. Assim, com um soldado bem treinado, esperava-se que este pudesse reconhecer as condições salubres e evitasse riscos e perigos sanitários. Contudo, com o advento dos princípios da Higiene Moderna no final do XIX, dava-se maior ênfase em clínica e microscopia biológica.

O clima, além de afetar o vigor do homem branco era responsável por quadros de desordem mental. Isto era causado pelo simples fato de o homem branco estar nos trópicos, ou seja, fora do seu lugar, implicando assim em degeneração e doenças como “gratificações”. Para “salvar” o homem branco deste cenário, havia a higiene, que diminuía a degradação do homem branco e funcionaria como uma “armadura sanitária” contra o clima. No manual de Woodbury encontramos uma forma de manter-se afastado dos “perigos dos trópicos”. Era preciso apenas seguir as oito leis da higiene:

- I. Manter a pele limpa;
- II. Manter o corpo devidamente protegido contra o tempo;
- III. Manter o corpo devidamente alimentado;
- IV. Manter o corpo provido com ar fresco;
- V. Manter o corpo bem exercitado sem exaustão;
- VI. Manter o corpo descansado;
- VII. Manter o corpo livre de desgastes;
- VIII. Manter a mente ocupada e feliz.²¹

²⁰ Id., p.24.

²¹ MOSS, J.A. & WOODBURY, F. Cf. p. 147.

1. Keep the skin clean.

2. Keep the body properly protected against weather.

3. Keep the body properly fed.

4. Keep the body supplied with fresh air.

5. Keep the body well exercised without exhaustion.

Os pontos colocados acima não diferem daqueles preceitos básicos da higiene tropical sugeridos pelo major Charles F. Manson. São eles: evitar o sol, permanecer calmo, comer comidas leves, beber álcool com moderação ou não beber.²²

Portanto, para o homem branco não permanecer vulnerável aos trópicos bastaria seguir as orientações dos oficiais médicos. Isto demonstrava, então, a estratégia desenvolvida pelas tropas americanas para manterem o seu vigor, a sua sanidade mental e os seus bons costumes.

CONCLUSÃO

O expansionismo europeu, de um modo geral, levou aquele continente a vivenciar experiências até então desconhecidas. O contato com um terreno estranho, que tinha sido idealizado e mitificado foi vivido com maior intensidade. Este tipo de vivência mudou o olhar do europeu que chegava no “Éden”, que agora poderia representar um pequeno pedaço de um lado obscuro.

O medo do que era diferente levou a uma reformulação de suas práticas e teorias médicas. Tal foi o quadro que pudemos observar ao longo deste trabalho. O que chamamos de estratégias de sobrevivência foram as respostas dadas por europeus e norte-americanos para lidarem com o que era diferente do seu mundo, com o que não era entendido como igual.

Enquanto as teorias raciais e os estudos sobre aclimatização foram as primeiras respostas para um grupo de cientistas-médicos e pensadores; para outro a saída foi uma reformulação e um maior rigor nas práticas de higiene e maior preocupação com as políticas sanitárias.

Analisadas em momentos históricos diferentes (um no final do XVIII e meados do XIX e outro no final do XIX e início do XX), estas estratégias nos mostram como o pensamento médico foi passando por mudanças de acordo com as experiências vividas por seus homens e pelas necessidades por eles sentidas. É claro que não podemos esquecer toda uma estrutura social e econômica viabilizou todo um aparato científico de pesquisa médica e de expedições científicas destinadas a desbravar o território desconhecido.

Por fim, não podemos esquecer que boa parte destas reformulações foi levada para o

6. *Keep the body rested.*

7. *Keep the body free of wastes.*

8. *Keep the mind busy and happy”*

22 ANDERSON, W. (2006). P. 42.

“... avoid the sun, stay cool, eat lightly, drink alcohol in moderation or not at all”

cotidiano daqueles países colonizadores. Um exemplo disso foi a presença dos Estados Unidos nas Filipinas e a destruição de boa parte do aparato sanitário existente do tempo dos espanhóis. Com a guerra, boa parte do sistema de saúde não existia mais. Os Estados Unidos vivenciaram a necessidade de implantar recursos que viabilizassem medidas de saúde pública, já que isto implicaria, também, na saúde de sua tropa que residia naquele momento no arquipélago. Boa parte da experiência norte-americana rendeu frutos no sistema de saúde urbano daquele país, já que as Filipinas serviram como um “grande laboratório de higiene”.

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, Warwick. “Introduction”, “American Military Medicine faces West”. Colonial Pathologies. American Tropical Medicine, Race and Hygiene in the Philippines. Durham/London: Duke University Press, 2006, pp. 1-44.
- _____. “Disease, race and empire”, Bulletin of the History of Medicine, 1996, 70(1): 62-67.
- ARNOLD, David. “Inventing tropicallity”. In: _____. The problem of nature: environment, culture and European expansion. Blackwell Publishers, Oxford/Cambridge, 1996, pp.141-168.
- CURTIN, Philip D. “The West African Disease and background”. In: _____. Disease and Empire. The health of European troops in the conquest of Africa. Cambridge University Press, 1998, pp. 1-28.
- HARRISON, Mark. “Health, Race, Environment and British Imperialism”. In: _____. Climates and Constitutions: Health, Race, Environment and British Imperialism in India. Oxford: Oxford University Press, 1999, pp. 1-24.
- KEEFER, Frank R. A Text-Book of Elementary Military Hygiene and Sanitation. Philadelphia/London: W.B. Saunders Company, 1918.
- KIPLE, Kenneth F. & ORNELAS, Kriemhild Coneè. “Race, war and tropical medicine in the Eighteenth-Century Caribbean”. In: ARNOLD, David (ed.). Warm climates and western medicine: the emergence of Tropical Medicine, 1500-1900. Amsterdam/Atlanta: Rodopi, 1996, pp. 65-79.
- McLEOD, Roy. “Introduction”. In: McLEOD, Roy & LEWIS, Milton (eds.). Disease and

Empire. Perspectives on Western medicine and the experience of European expansion. London, Routledge, 1988, pp. 1-18.

- MOSS, Jas A. & WOODBURY, Frank T. Manual for Medical Officers. Being a Guide to the Duties of Army Medical Officers. Menasha, Wisconsin: The Collegiate Press. George Banta Publishing Company, 1918.





IGHMB – INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL
NEPHIM – NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM HISTÓRIA MILITAR

I Ciclo de Estudos e Pesquisas em História Militar (CEPHIM)

Tendo em vista o incremento nas pesquisas relativas à História Militar no Brasil, o projeto

“A Guerra e a formação dos Estados nacionais contemporâneos”

Ciclos de Estudos e Pesquisa em História Militar do Instituto de Geografia e História Militar, objetiva promover intercâmbios entre os diferentes centros de estudos e pesquisa, que desenvolvem pesquisas em história militar e assuntos correlatos.

Participantes do I CEPHIM:

Adriana Barreto de Souza
Dirceu Casa Grande Júnior
Eurico Figueiredo
Fernando Loureiro
Francisco Carlos Teixeira
Gilberto da Silva Guizelin
José Miguel Arias Neto
Marcello Loureiro
Marcos Antonio Cunha
Mônica Leite Lessa
Neuma Brilhante
Paulo Cunha
Renato Lemos
Renato Restier
Thiago Tremonte
Williams Gonçalves

Coordenação:

Renato Jorge Paranhos Restier Junior
– PESQUISADOR DO NEPHIM
Marcello José Gomes Loureiro
– PESQUISADOR DO NEPHIM
Fabiola Maria Chagas
– PESQUISADORA DO NEPHIM

Direção:

Aureliano Pinto de Moura
– PRESIDENTE DO IGHMB
Luiz Carlos Carneiro de Paula
– DIRETOR 1º SECRETÁRIO DO IGHMB
– COORDENADOR DO NEPHIM

PROGRAMAÇÃO COMPLETA NO SITE: www.ighmb.org

INSCRIÇÕES: ighmb_nephim@yahoo.com.br

LOCAL: Casa Histórica de Deodoro, Praça da República, nº 197, 1º andar, Centro.

HORÁRIO DO INÍCIO DAS MESAS: 14 horas

CERTIFICADO ENTREGUE DURANTE AS CONFERÊNCIAS

Apoiadores:

REVISTA MILITARES E POLÍTICA

REVISTA NAVIGATOR

REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA MILITAR

LEDDDES

PROGRAMAÇÃO PARA SETEMBRO DE 2011

Abertura do Projeto Ciclos de Estudos e Pesquisas em História Militar

5 DE SETEMBRO
(segunda-feira)

“A Guerra e a formação dos Estados árabes contemporâneos”

Aureliano Pinto de Moura
– PRESIDENTE DO IGHMB

Francisco Carlos Teixeira
– UFRJ

22 DE SETEMBRO
(quinta-feira)

MESA: “AS DUAS GRANDES GUERRAS MUNDIAIS: DO FIM DOS IMPÉRIOS A FORMAÇÃO DE NOVOS ESTADOS”

“A Conferência Afro-Asiática de Bandung e a luta do Terceiro Mundo por uma nova ordem internacional”

Williams Gonçalves
– UERJ/UFF

“A Guerra no pensamento de Charles Tilly e a formação do Estado alemão”

Renato Restier
– DPHDM/IGHMB/UERJ

Marcello Loureiro
– DPHDM/IGHMB/UF RJ

29 DE SETEMBRO
(quinta-feira)

MESA: “NAÇÃO, NACIONALISMO E ESTADOS NACIONAIS”

“Nação e nacionalismo: Brasil século XXI. Alguns pontos para debate e reflexão”

Eurico de Lima Figueiredo
– UFF

“Clausewitz e o senso de nacionalidade”

Thiago Tremonte
– UNB

CRIAÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISA DE HISTÓRIA MILITAR CEPHIMEX

Com a missão de desenvolver estudos e pesquisas no campo da História Militar de interesse do Exército Brasileiro, o Chefe do Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX) criou, por meio da portaria nº 96 -DECEX, de 31 de agosto de 2010, o Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHiMEX).

O CEPHiMEX tem os seguintes objetivos:

O estudo e a pesquisa da evolução da arte da guerra e do pensamento militar no mundo moderno e no Brasil, com vistas ao desenvolvimento da doutrina e da liderança militar;

Contribuir para a preservação dos valores e tradições do Exército Brasileiro e da memória Institucional da Força Terrestre;

Promover o intercâmbio entre instituições, pesquisadores e estudantes que se dedicam ao estudo e a pesquisa da História Militar;

Cooperar com o ensino e a pesquisa da História Militar nos estabelecimentos de ensino do Exército e conduzir o Projeto História Oral do Exército.

Como órgão pertencente à estrutura do DECEX, o CEPHiMEX estará integrado à Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército, e funcionará nas instalações do Espaço Cultural Laguna (Palacete Laguna), antiga residência do Ministro do Exército, sito à Rua General Canabarro 731, Maracanã, Rio de Janeiro, RJ.

Para o seu funcionamento, o CEPHiMEX foi estruturado com uma Seção de Pesquisa, uma Seção de Memória Institucional, uma Seção de Medalhística e Heráldica, uma Seção de Musicologia, uma Seção de Administração e Conservação, além de uma Biblioteca de Apoio que conta com um acervo de aproximadamente 10.000 obras relacionadas a História Militar.

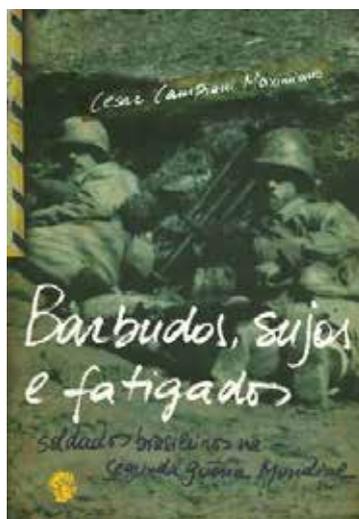
O CEPHiMEX está disponível para contatos e solicitações de pesquisa através dos seguintes telefones:

(21) 2284-9372 – Chefe do CEPHiMEX

(21) 2565-8390 – Seção de Pesquisa

(21) 2567-1695 – Seção de Publicação e Divulgação

Livro em Destaque



Baseado em farta documentação e resultado de vários anos de pesquisa, Cesar Campiani constrói o retrato do que foi a participação dos soldados brasileiros no território europeu durante a Segunda Guerra Mundial.

“ O autor fez centenas de entrevistas com ex-combatentes da FEB – vários trechos dessas entrevistas estão transcritos no livro – analisou cartas e diários da época, visitou o teatro de operações do norte da Itália, além de realizar extensa pesquisa nos arquivos militares

brasileiros, britânicos e americanos.

O contato próximo com os veteranos possibilitou, também, o acesso a material fotográfico nunca antes utilizado. O resultado é um minucioso e inédito retrato da campanha brasileira na Segunda Guerra Mundial.

O historiador Cesar Campiani Maximiano nos mostra quem eram os soldados brasileiros, como foram treinados, como enfrentaram o duro dia a dia no combate, como extravasaram a tensão nos raros momentos de lazer, como interagiram com os aliados americanos e reagiram ao inimigo “tedesco” – enfim, o que os brasileiros encontraram na Europa.

Nesta nova e rigorosa abordagem, Cesar demole as visões românticas, ufanistas ou maledicentes que até hoje pautaram a maioria das interpretações sobre a guerra.

Este livro dá voz ao combatente.

Uma guerra vista dos olhos de quem esteve lá, na linha de frente.”¹

SUMÁRIO DA OBRA:

Introdução

1 – Base de partida

2 – “O mundo através de uma trincheira”

3 – Ver Nápoles depois de morrer

¹ Texto que consta na contracapa do livro “Barbudos, sujos e fatigados”

- 4 – O branco dos seus olhos
 - 5 – O riso da Lurdinha
 - 6 – “ O que eles dizem de nós”
 - 7 – Uma desforra dessa caxiagem”
- Epílogo / Apêndice

Sobre o autor:

Cesar Campiani Maximiano nasceu em São Paulo em 1971. Começou a pesquisar sobre a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial na década de 80, e em 1995 publicou seu primeiro livro, Onde estão nossos heróis. Graduou-se em História pela PUC / SP e é doutor em História pela USP. É autor, ainda, de Irmãos de Armas (Códex, 2005) e The Brazilian Expeditionary Force (a sair em 2011 pela Osprey Publishing, Inglaterra). Entre outras revistas escreveu para o National Geographic, Nossa História e Grandes Guerras. Participou da Encyclopedia of the Veteran in America (ABC –CLIO 2009). Leciona História Contemporânea e História das Relações Internacionais em Universidades públicas e privadas. É pesquisador do POLITHICULT – Núcleo de Estudos de Política, História e Cultura da PUC / SP. Cesar vive em São Paulo com sua esposa Carolina e seus gatos.

Ficha Técnica: ISBN 978-85-61578-13-8 – 447 páginas – 1ª edição

Preço médio – R\$54,00



Revista Brasileira de
**História
Militar**

A Revista Brasileira de História Militar é uma publicação eletrônica, independente, com periodicidade quadrimestral, destinada à divulgação de artigos de historiografia militar, produzidos por pesquisadores brasileiros ou estrangeiros, elaborados dentro dos padrões de produção científica reconhecidos pelos meios acadêmicos. Destina-se também a publicação de trabalhos de pesquisa e de metodologia, além da divulgação de eventos acadêmicos, desde que relacionados à História Militar e aprovados por seu conselho editorial.

Sd. Sérgio Pereira
Mito Best. História
Continuar...
L. K. ...
Luis ...